



ACADEMIA MILITAR

A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR João José Modesto Baptista

Orientadora: Mestre Ana Verónica Azinheira Cabral Neves

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015



ACADEMIA MILITAR

A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR João José Modesto Baptista

Orientadora: Mestre Ana Verónica Azinheira Cabral Neves

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015

“The crime has to be committed before the system is activated. This is equivalent to waiting for cancer before taking action rather than focusing on prevention measures.”

Charles Ray Jeffery, 1977

Dedicatória

À minha família e à Cláudia,
por todos os ensinamentos
e apoio incondicional!

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem o contributo de diversas pessoas que ajudaram, quer direta quer indiretamente, através da sua compreensão, disponibilidade e apoio.

Assim sendo, começo por agradecer a quem, de forma mais direta, me ajudou neste trabalho: à Câmara Municipal de Lisboa pela célere resposta aos pedidos feitos. A todos os entrevistados pelos seus contributos, dos quais resultou o presente trabalho, devido aos seus conhecimentos bastante positivos, em especial ao Arquiteto Pedro Galrito pelo exemplo prático, bem suportado e com extremo interesse para a investigação. Ao chefe Nunes Andrade, da 3ª Esquadra - Bairro Alto, pelo apoio prestado relativo à intervenção da zona da Bica. Ao tenente-coronel Parreira da Silva, pela ajuda prontamente cedida. À minha orientadora, por me ter mostrado o caminho a seguir nesta jornada. Ao Capitão Hélio Santos, pela disponibilidade.

Apesar de não estarem diretamente ligados ao presente trabalho, não são esquecidos todos aqueles que diariamente me ajudam, naquilo que faço: à minha família, com um carinho muito especial para os meus pais, avós, irmã e onde, obviamente, se insere a Cláudia, por toda a ajuda, compreensão e carinho demonstrado ao longo dos últimos 24 anos, que culminou com este trabalho de fim de curso. Depois, ao Fábio, meu irmão... Ao 20º TPO, que me acompanhou como se de uma família se tratasse ao longo dos últimos 5 anos. A todos os meus amigos, em especial ao Bruno, à Fernanda, à Fabiana, à Tânia. Aos eternos amigos da bola. Ao Tenente Rodrigues, Comandante do Destacamento de Intervenção de Coimbra. Por fim, à minha prima Ema, pela ajuda ao longo de toda a minha vida académica.

A todos estes e aqueles que por omissão não foram referidos, o meu muito obrigado!

Resumo

O presente trabalho encontra-se subordinado ao tema: a prevenção criminal no espaço construído. Esta pesquisa visa analisar as práticas dos profissionais responsáveis pela conceção do espaço e da manutenção da segurança em Lisboa. Para isso, são abordados ao longo da investigação, profissionais da Polícia Municipal de Lisboa e da autarquia que integraram a formação CPTED. Assim e como expetável, na base desta pesquisa está a abordagem *Crime Prevention through Environmental Design* (CPTED).

Foram traçados objetivos, que materializaram o caminho a seguir pela investigação. Para se conseguir responder às perguntas e cumprir os objetivos propostos entrevistamos mais de metade dos profissionais que frequentaram o curso CPTED, solicitando, enquanto complemento, um exemplo prático onde estes identifiquem os conceitos CPTED, embora que aplicados inconscientemente pelo projetista, sendo analisado *a posteriori* estes casos.

Para além da componente prática, foi feita uma análise documental, ou seja, leitura de várias obras e estudos de autores que contribuíram quer direta quer indiretamente para a evolução da CPTED, fazendo um resumo geral que resultou na “revisão da literatura”. Adicionalmente está materializada na investigação uma abordagem à formação CPTED, onde se engloba a estrutura do curso, a importância de visitar os locais intervencionados ou por intervir e os projetos apresentados.

Concludentemente, percebemos que, apesar do curso ter sensibilizado todos os participantes para as questões de segurança (incluindo as próprias Forças de Segurança), este não tem, de momento, aplicação prática, i.e., não houve qualquer continuação da formação que resultasse na transmissão de conhecimento entre profissionais, apesar de ser possível verificar nos exemplos práticos, claras diferenças quando se analisa um local com base na CPTED.

Palavras-chave: CPTED, Prevenção Criminal Através do Espaço Construído, “Criminalidade de Rua”, Desenho Urbano, Criminalidade.

Abstract

This investigation is about Crime Prevention through Environmental Design. This research aims to analyze the work of professionals responsible for creating and managing public spaces, and also responsible for security maintenance in Lisbon. Professionals from Municipal Police and Lisbon municipality that attended CPTED course are the universe of this research.

We defined goals to guide our research answering the questions proposed. We interviewed more than a half of the CPTED course trainees, asking examples to illustrate CPTED concepts, which were implemented unconsciously being analyzed *a posteriori* as case studies.

Beyond that pragmatic perspective, we have done a literature review on CPTED and presented the course structure emphasizing the importance of visiting areas intervened or to intervene, also with improvement suggestions.

We conclude that, although this course made all participants, including police professionals, more aware about the importance of security issues, it was not demonstrated pragmatically, i.e., CPTED is still not implemented and there weren't any actions after the course that would result in knowledge transmission acquired amongst professionals during the course, although it is possible to see significant improvements while doing a CPTED assessment.

Key Words: CPTED, Crime Prevention through Environmental Design, “Street Crime”, Urban Design, Criminality

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros.....	x
Lista de Apêndices e de Anexos.....	xi
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xii
Capítulo 1 Introdução	1
1.1 Introdução	1
1.2 Enquadramento.....	1
1.3 Justificação da escolha do tema.....	2
1.4 Perguntas de Partida e Derivadas	7
1.5 Objetivos da Investigação.....	7
1.6 Hipóteses de Investigação	8
1.7 Metodologia.....	9
1.8 Estrutura do Trabalho	9
Capítulo 2 Revisão da Literatura.....	10
2.1 Introdução	10
2.2 Evolução da CPTED.....	10
2.3 Conceção Teórica da CPTED	13

2.3.1	Quatro Princípios da CPTED	13
2.3.2	<i>Defensible Space</i>	15
2.3.3	<i>Teoria de Broken Windows</i> ou Teoria das Janelas Partidas	16
2.3.4	Teoria da Escolha Racional e das Atividades de Rotina	17
2.3.5	Criminologia Ambiental e Prevenção Criminal Situacional	18
2.3.6	2ª Geração CPTED	18
2.4	Estudos Nacionais	19
2.5	A Utilização da CPTED	22
2.5.1	Estratégias CPTED	22
2.5.2	Participantes	22
2.5.3	Resultados.....	23
Capítulo 3 A formação CPTED.....		24
3.1	A CPTED em Portugal	24
3.2	O Curso de Formação CPTED	26
3.2.1	Estrutura do Curso	26
3.2.2	A importância de visitar os locais intervencionados ou por intervir.....	26
3.2.3	Os projetos apresentados	27
Capítulo 4 Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos.....		28
4.1	Introdução	28
4.2	Método de investigação científica	28
4.3	Entrevistas e análise de dados	30
4.4	Caraterização dos entrevistados.....	31
4.5	Materiais e instrumentos utilizados	32
Capítulo 5 Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão de dados.....		33
5.1	Introdução	33
5.2	Análise das entrevistas.....	33
5.3	Análise das entrevistas / conteúdo.....	34
5.3.1	Engenheira e Geógrafa	34
5.3.2	Sociólogos	37

5.3.3	Profissionais da PML	40
5.3.4	Arquitetos	43
5.3.5	Arquitetos Paisagistas	47
5.4	Análise dos locais intervencionados ou por intervencionar	51
5.4.1	Zona da Bica	51
5.4.2	Avenida Duque de Ávila	52
5.4.3	Jardim de Santos	53
5.5	Conclusões	54
Capítulo 6 Conclusões e Recomendações		57
6.1	Introdução	57
6.2	Resposta às perguntas derivadas e verificação de hipóteses	57
6.3	Resposta à pergunta de partida	58
6.4	Reflexões finais	58
6.5	Sugestões e Recomendações	59
Referências bibliográficas		61
Apêndices		1
Apêndice A Carta de apresentação		2
Apêndice B Guião da entrevista aos profissionais da CML		3
Apêndice C Guião da entrevista aos profissionais da PML (Sociólogas)		4
Apêndice D Guião da entrevista aos profissionais da PML (Chefes)		5
Apêndice E Análise da criminalidade em Portugal (1993-2014)		6
Apêndice F Análise da criminalidade em Lisboa (1993-2014)		9
Apêndice G As tecnologias a favor da CPTED		12
Anexos		1
Anexo A Abordagem dos 3-D's		2

Índice de Figuras

Figura n.º 1 - Criminalidade registada em Portugal (1993-2014)	3
Figura n.º 2 - Criminalidade de rua registada em Portugal (1993-2014)	4
Figura n.º 3 - Criminalidade registada em Lisboa (1993-2014)	4
Figura n.º 4 - Criminalidade de rua registada em Lisboa (1993-2014)	5
Figura n.º 5 - Zona da Bica antes da intervenção	51
Figura n.º 6 - Zona da Bica depois da intervenção	51
Figura n.º 7 - Avenida Duque de Ávila depois da intervenção	52
Figura n.º 8 - Jardim de Santos antes da intervenção	53
Figura n.º 9 - Jardim de Santos depois da intervenção	53
Figura n.º 10 - Jardim de Santos antes da intervenção	53
Figura n.º 11 - Jardim de Santos depois da intervenção	53
Figura n.º 12 - Criminalidade registada em Portugal (1993-2014)	8
Figura n.º 13 - Criminalidade de rua registada em Portugal (1993-2014)	8
Figura n.º 14 - Criminalidade registada em Lisboa (1993-2014)	11
Figura n.º 15 - Registo da criminalidade de rua no distrito de Lisboa (1993-2014)	11

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 - Caraterização dos entrevistados	31
Quadro n.º 2 - Caraterização dos entrevistados: engenheira e geógrafa	34
Quadro n.º 3 - Caraterização dos entrevistados: sociólogos	37
Quadro n.º 4 - Caraterização dos Entrevistados: Profissionais da PML.....	40
Quadro n.º 5 - Caraterização dos entrevistados: arquitetos	43
Quadro n.º 6 - Caraterização dos entrevistados: arquitetos paisagistas	47
Quadro n.º 7 - Análise do conteúdo das entrevistas.....	56
Quadro n.º 8 - Criminalidade registada em Portugal	6
Quadro n.º 9 - Percentagens criminalidade em Portugal	7
Quadro n.º 10 - Criminalidade registada em Lisboa.....	9
Quadro n.º 11 - Percentagens criminalidade em Lisboa	10

Lista de Apêndices e de Anexos

Apêndice A	Carta de Apresentação
Apêndice B	Guião da entrevista aos profissionais da CML
Apêndice C	Guião da entrevista aos profissionais da PML (Sociólogas)
Apêndice D	Guião da entrevista aos profissionais da PML (Chefes)
Apêndice E	Análise da criminalidade em Portugal (1993-2014)
Apêndice F	Análise da criminalidade em Lisboa (1993-2014)
Apêndice G	As tecnologias a favor da CPTED
Anexo A	Abordagem dos 3-D's

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AM	Academia Militar
Arq.^a	Arquiteta
CCTV	<i>Closed-circuit Television</i>
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CPTED	<i>Crime Prevention through Environmental Design</i>
DAC	<i>Designing Against Crime</i>
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna ¹
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DOC	<i>Designing Out Crimes</i>
e.g.	<i>exempli gratia</i> (por exemplo)
et al.	<i>et alia</i> (e outros – para pessoas)
etc	<i>et cetera</i> (e outros – para coisas)
EUA	Estados Unidos da América
FS	Forças de Segurança
GEBALIS	Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, E.E.M.
GNR	Guarda Nacional Republicana
i.e.	<i>id est</i> (isto é)
LED	<i>Light Emitting Diode</i>
MAI	Ministério da Administração Interna
n.º	Número
NEP	Normas de Execução Permanente
p.	Página
PML	Polícia Municipal de Lisboa
PSP	Polícia de Segurança Pública
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SEXA MAI	Sua Excelência Ministro da Administração Interna

¹ Entretanto extinta

TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
VMS	<i>Video Monitoring System</i>

Capítulo 1

Introdução

1.1 Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que se subordina ao tema “A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED”, surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos da Academia Militar (AM).

Neste capítulo, é apresentada uma perspetiva geral do trabalho, concentrando-se no objetivo de enquadrar a problemática, demonstrar a sua importância e apresentar a questão de partida, as questões derivadas e as hipóteses de resposta. A definição de objetivos, o percurso metodológico utilizado e a apresentação da estrutura do trabalho são também aspetos apresentados sucintamente ao longo deste primeiro capítulo.

1.2 Enquadramento

Comummente, ao abordar o combate ao crime (através de métodos preventivos ou reativos) somos induzidos, quase que automaticamente, a pensar em atuação policial. No entanto, o combate ao crime, mesmo que recorrendo a métodos preventivos, não é de uso exclusivo das Forças de Segurança (FS). “Como vamos poder observar, as principais contribuições para a prevenção do crime através do espaço construído provêm dos urbanistas e similares”² (Jeffery, 1977, p. 11).

A abordagem *Crime Prevention through Environmental Design*³, doravante designado por CPTED, assume que “um adequado desenho urbano e o uso eficaz do espaço construído conduz a uma redução do sentimento de insegurança e da incidência de crimes o

²Tradução da responsabilidade do autor.

³“Prevenção Criminal Através do Espaço Construído”, (DGAI, 2013)

que, como consequência, se pode traduzir num aumento na qualidade de vida.”⁴ (Crowe, 1999, p. 1).

Desta feita, os contributos das FS além de se concentrarem no combate ao crime, devem também atuar numa forma de atuação mais sustentável: a integração do conhecimento destes profissionais nos projetos urbanísticos, desde o momento da sua conceção (Bratton e Kelling, 1982). Esta ideia também colhe as opiniões dos mais conceituados profissionais, como Atlas, ao mencionar que a segurança deve ser abordada na fase inicial, como parte do planeamento do projeto e definição do processo, para além de se revelar muito menos dispendiosa, no caso de haver necessidade de proceder a adaptações mais tarde (Atlas, 2008). Abordar a segurança sem integrar a experiência das FS há muito deixou de fazer sentido. Cada vez mais se torna premente recorrer a contributos multidisciplinares no âmbito da conceção ou gestão do espaço público. São os diferentes olhares que podem conferir maior segurança e conforto aos espaços públicos. É na pertinência desta ideia que se baseia este trabalho de investigação.

1.3 Justificação da escolha do tema

A partir de 1993, passou a ser possível, em Portugal, analisar a criminalidade com base nos crimes registados. Atualmente, é no sítio da internet na Direção-Geral de Política de Justiça DGPIJ que podemos proceder a uma análise da evolução dos crimes registados desde 1993. Podemos constatar, por exemplo, que a criminalidade registada tem vindo a descender desde 2008, conforme Figura n.º 1.

⁴Tradução da responsabilidade do autor.

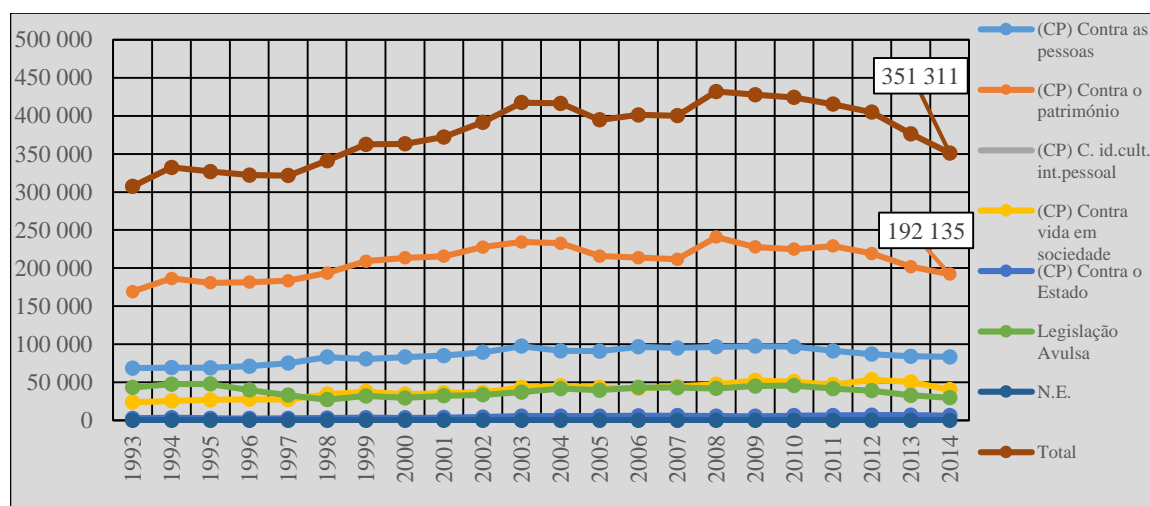


Figura n.º 1 - Criminalidade registada em Portugal (1993-2014)
Fonte: DGPIJ

Como se pode observar na Figura 1, a criminalidade contra o património representa um peso superior a 50% face ao total, desde 1993. Note-se inclusivamente que, a cada alteração nos crimes contra o património, existe uma reflexão idêntica na linha do “total”.

No âmbito da investigação em curso, importa-nos distinguir um conjunto de crimes que podem beneficiar da abordagem CPTED, i.e., a “criminalidade de rua”, integrada no grupo dos crimes contra o património. O peso da criminalidade contra o património é superior a 50% quando comparado com o total da criminalidade. O grupo da “criminalidade de rua” abrange os crimes que, ocorrem na “rua”, ou seja, no espaço público.

Segundo o estudo “Metrópoles Seguras” (2007):

A “criminalidade de rua” refere-se aos “crimes que ocorrem na “rua” (...) que se passam no espaço público ou que são observáveis pelo transeunte, diretamente ou pelo relato de terceiros, normalmente reportando para factos ocorridos no local que são frequentados pelo emissor e recetor da notícia. Em consequência disso, pode dizer-se que, independentemente da sua gravidade, são crimes que preocupam bastante as pessoas, gerando medo e preocupação fortes (ou, preferindo, sentimento de insegurança) por estarem “perto de nós”, (Machado *et al.*, p. 141, vol. II).

Integram esta definição os seguintes crimes: furto em veículo motorizado, furto por carteirista, furto em supermercado, roubo na via pública (exceto por esticção), roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito, roubo a tesouraria ou estação de correios, roubo a posto

de abastecimento de combustível, roubo a motorista de transporte público, dano contra o património cultural, outro dano, incêndio/fogo posto em edifício, construção ou meio de transporte.

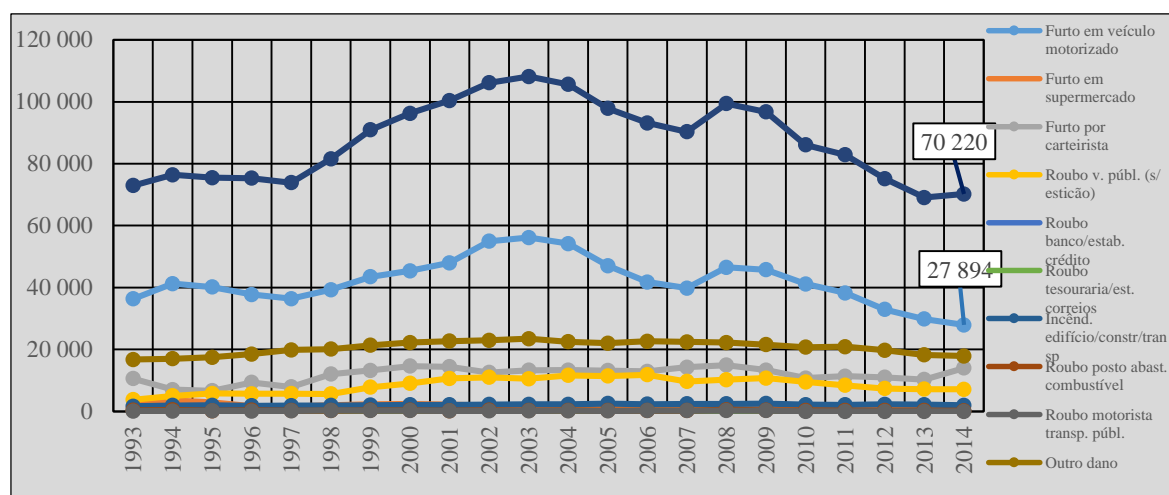


Figura n.º 2 - Criminalidade de rua registada em Portugal (1993-2014)
Fonte: DGPJ

Por sua vez, podemos observar, na Figura n.º 2, que no total (linha azul escura), a criminalidade de rua apresenta 70220 ocorrências. Este valor corresponde a 36% da criminalidade contra o património e 20% do total da criminalidade. Assim sendo, podemos concluir que em Portugal, 20% da criminalidade ocorre no espaço público.

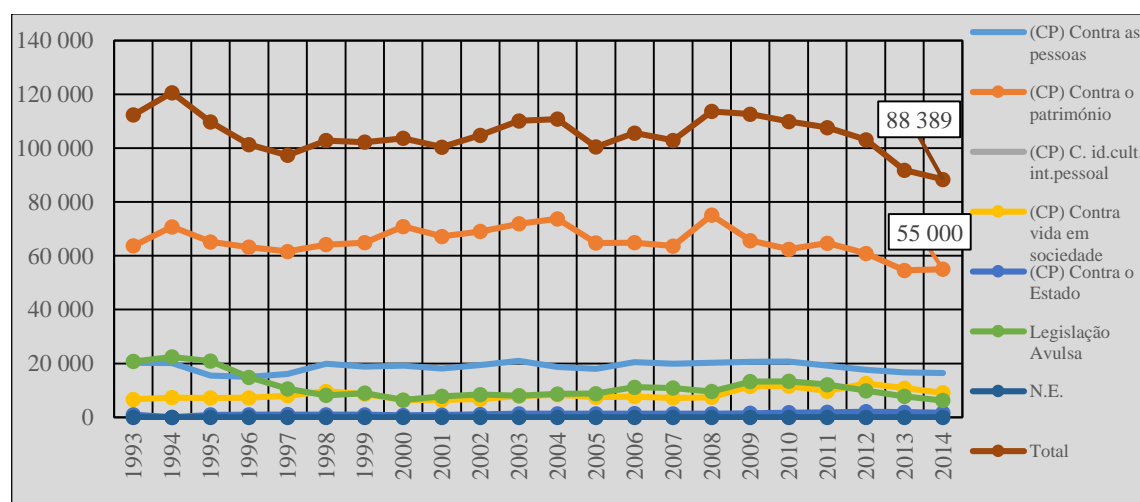


Figura n.º 3 - Criminalidade registada em Lisboa (1993-2014)
Fonte: DGPJ

Se fizermos a mesma análise no nosso local de estudo - Lisboa, verificamos que a criminalidade contra o património representa 62%⁵ da criminalidade, conforme Figura n.º 3.

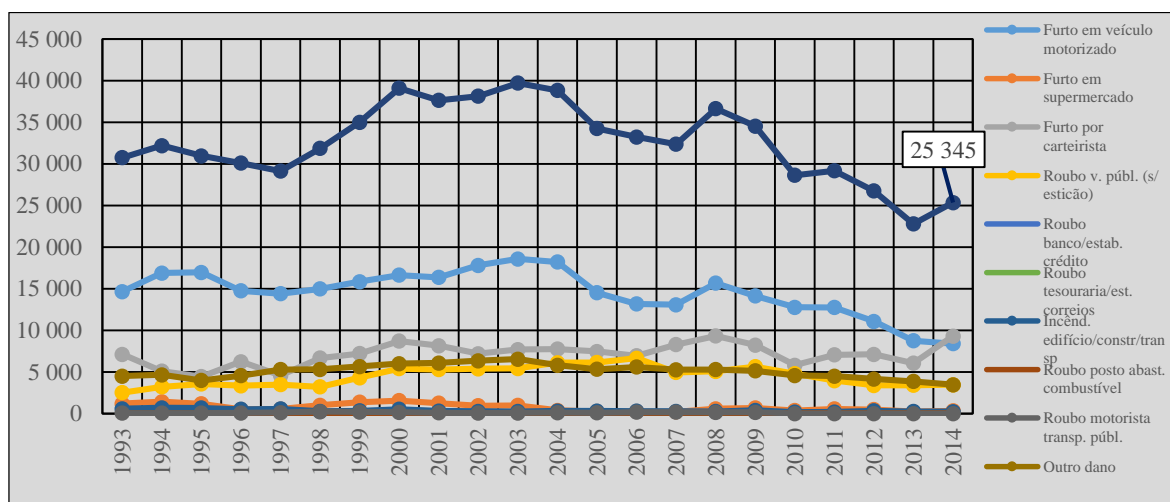


Figura n.º 4 - Criminalidade de rua registada em Lisboa (1993-2014)
Fonte: DGPJ

Na mesma lógica, na Figura n.º 4 vemos que a criminalidade de rua representa 46% e 29% face à criminalidade contra o património e face ao total, respetivamente. Concludentemente, torna-se fundamental desenvolver métodos e estratégias de combate ao crime ocorrido nos locais públicos.

Esta abordagem, apelidada por Jeffery nos anos 70, é apresentada como mais uma forma de prevenir o crime, contudo não deve ser vista como numa solução milagrosa para as questões da segurança, é, segundo Jeffery (1971), “a única maneira de lidar com o crime.”, referindo-se a uma alternativa de sustentabilidade, i.e., não se trata de evitar a reincidência dos crimes, mas procurar impedir que os crimes ocorram, de todo, de forma permanente. A CPTED, tendo a capacidade para reduzir estes crimes com repercussões significativas no total da criminalidade registada em Portugal, pode também contribuir para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos.

Em Portugal, pouca literatura se encontra sobre a temática. Apesar dos 40 anos de evolução que separam a primeira abordagem da atualidade, só recentemente se começou a considerar a importância desta abordagem. Partiu de iniciativas da Direção-Geral da

⁵Dados referentes ao ano de 2014, ano mais atual.

Administração Interna (DGAI)/MAI com um conjunto de profissionais que têm vindo a demonstrar interesse na relação espaço-comportamentos. Em termos internacionais, verificamos que os acrónimos e traduções assumem outras designações. O Brasil optou por traduzir: A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano. Na Austrália e Reino Unido utilizam-se conceitos como *Design Against Crime* (DAC – Reino Unido) ou *Design Out Crimes* (DOC - Austrália). Em 2010, teve lugar em grupo focal no Salão Nobre do MAI, com vista à discussão de vários assuntos relacionados com a CPTED, nomeadamente, a tradução, a importância desta abordagem, as necessidades de formação, entre outros. Foi decidido, por sugestão da Arq.^a Teresa Valsassina Heitor que se deveria manter o acrónimo CPTED, pelo percurso histórico do mesmo, mas traduzido o seu significado por Português para: *Prevenção Criminal Através do Espaço Construído*. Na realidade, pretende-se reduzir os comportamentos indesejados através de uma eficaz e adequada conceção do espaço, utilizando-o de forma a promover os comportamentos que foram planeados ou desejados.

Assim sendo, “a Prevenção Criminal Através do Desenho Urbano é uma vertente, de entre muitas, que devem ser tidas em consideração no planeamento correto e qualificado do espaço público, tendo sempre como objetivo final a promoção do conforto e segurança dos utilizadores.”⁶ (DGAI, 2013).

Em Portugal, a importância da abordagem CPTED foi considerada como necessária e pertinente na conceção e gestão dos espaços públicos, ao ponto de a maioria dos intervenientes do grupo focal ter contribuído para a tradução do Guia de boas práticas CPTED, publicado em 2013 pela DGAI/MAI, conforme se pode verificar na respetiva publicação.

Numa tentativa de sensibilizar os profissionais da autarquia que gerem o espaço público, a Polícia Municipal de Lisboa realizou em 2011 um *workshop* com cerca de 40 participantes, intitulado: “O Espaço e os Comportamentos: a abordagem CPTED”.

Demonstrado o interesse em melhor aprofundar os princípios, estratégias e soluções CPTED, a CML formou 40 profissionais das diferentes áreas relativas à gestão e conceção do espaço público: arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros agrónomos, sociólogos, geógrafos, entre outros, em conjunto com elementos das Forças de Segurança (FS). O objetivo da formação foi essencialmente dotar os formandos de instrumentos que possibilitem o desenvolvimento de espaços públicos mais seguros, numa abordagem inclusiva e sustentável. A integração dos elementos das FS na formação previa uma maior

⁶Citação retirada do Prefácio do Guia de boas práticas CPTED (2013).

sensibilização relativa ao impacto real dos projetos. O objetivo era dar uma visão sobre a necessidade de conceber espaços com a preocupação principal da segurança contando com os contributos das FS, com o envolvimento dos destinatários, mantendo a multidisciplinaridade dos projetos públicos que a CPTED também recomenda.

Importa salientar o papel das FS na conceção e gestão do espaço público. Tendo sido uma iniciativa que partiu da PML (*workshop*) em 2011, onde em 2013 ocorreram as duas ações de formação, procurámos perceber até que ponto ficaram os formandos da Câmara Municipal de Lisboa, sensibilizados para a importância das questões da segurança nas suas atividades profissionais.

1.4 Perguntas de Partida e Derivadas

Como guia balizadora para a presente dissertação, foi elaborada a seguinte pergunta de partida:

“Qual a importância dada à segurança por parte dos formandos, na conceção do espaço público?”

Para responder eficazmente à pergunta de partida, foram abordadas as seguintes questões derivadas:

P.D.1. Em que medida os profissionais do desenho urbano contemplam as questões da segurança nos projetos urbanísticos?

P.D.2. Qual a importância para estes profissionais de trabalhar em parceria com as Forças de Segurança (PML)?

1.5 Objetivos da Investigação

Com a finalidade de dar uma resposta eficaz às questões já enumeradas anteriormente, tornou-se necessário proceder-se à elaboração de objetivos.

Como objetivo geral decidimos aferir a sensibilidade dos profissionais responsáveis pelo espaço público para as questões de segurança, i.e., de que forma a segurança urbana é

contemplada nos projetos urbanísticos, agora com um “novo olhar, mais estruturado e arrumado”⁷. Seguidamente, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

1. A formação CPTED visou sensibilizar os arquitetos/arquitetos paisagistas para a segurança no espaço público. Importa analisar de que forma esta nova sensibilidade tem sido integrada nas atividades destes profissionais, por exemplo, como são identificados os problemas existentes no espaço público e como são desenvolvidas novas soluções.

2. O papel das FS tem-se demonstrado fundamental. Pretende-se perceber de que forma estas têm contribuído para a sustentabilidade dos projetos urbanísticos.

3. A participação dos destinatários dos projetos é também uma das orientações CPTED. Neste sentido considera-se importante perceber como se têm envolvido aqueles que melhor poderão conferir segurança aos “seus locais”: os utilizadores do espaço (frequentadores ou residentes).

A investigação tem como objeto de estudo o trabalho desenvolvido pelos formandos após a formação no sentido de aferir de que forma os conteúdos foram aproveitados.

Para além dos objetivos já enumerados e por se acreditar que esta abordagem é uma mais-valia para as FS, considerada uma abordagem capaz de prevenir a criminalidade, pretendemos sensibilizar a GNR para esta temática, enquanto força com espírito de iniciativa e capaz de inovar.

1.6 Hipóteses de Investigação

Na sequência das perguntas elaboradas, de acordo com Sarmento (2013), as hipóteses de investigação “são sugestões, conjeturas de resposta às perguntas de partida e às perguntas derivadas.”. Assim, apresentamos as seguintes possibilidades de resposta:

H.1 A formação CPTED contribuiu para sensibilizar os profissionais do desenho urbano para uma construção preventiva.

H.2 A experiência das FS tem sido uma mais-valia para o desenvolvimento dos projetos urbanísticos, trabalhando em multidisciplinaridade.

A confirmação ou refutação das hipóteses apresentadas será no Capítulo 6 – Conclusões e Recomendações.

⁷Resposta dada sobre o que significava a formação CPTED a um dos entrevistados.

1.7 Metodologia

Na base de elaboração do presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada encontra-se a NEP 520/2^a, de 1 de junho de 2013. Nos casos em que esta é omissa, foram utilizados outros autores, como Sarmento e Quivy & Campenhoudt.

A realização deste trabalho de investigação contou com um conjunto de informações que foram obtidas de diferentes formas: análise documental, método inquisitivo e método de observação direta. Análise documental obtida através de obras e estudos, pesquisa *online*, entre outros. O método inquisitivo baseou-se nas 24 entrevistas aos profissionais com a formação CPTED. Este foi o método mais relevante na prossecução das respostas para as questões anteriormente colocadas e objetivos propostos. Por fim, o método de observação direta, utilizado na deslocação aos locais referidos pelos entrevistados por parte do investigador, com registo fotográfico e análise.

1.8 Estrutura do Trabalho

O presente RCFTIA está dividido por capítulos, sendo que numa primeira fase é feita uma abordagem com uma componente mais teórica (Capítulo 2 e 3) e posteriormente, uma abordagem de carácter mais pragmático (Capítulo 5).

Neste sentido, apresenta-se o Capítulo 2 – Revisão da literatura e o Capítulo 3 – A formação CPTED. O primeiro aborda o estado da arte, a nível internacional, por ordem cronológica e posteriormente, com uma abordagem dos estudos nacionais. A nível internacional abordamos as diferentes teorias e conceitos que deram origem à CPTED. O segundo faz alusão à CPTED em Portugal, a estrutura do curso, a importância do curso e os projetos apresentados.

No Capítulo 4, a metodologia é abordada de forma mais detalhada do que no subcapítulo 1.9.

O trabalho que permite dar resposta aos objetivos da investigação encontra-se no Capítulo 5. Neste capítulo é feita análise das entrevistas e aos locais visitados pelo investigador.

A conclusão do trabalho encontra-se no Capítulo 6. Aqui damos resposta às hipóteses, às perguntas derivadas e à pergunta de partida. Fazemos também algumas reflexões finais sobre o trabalho, sugestões e recomendações.

Capítulo 2

Revisão da Literatura

2.1 Introdução

Ao longo deste Capítulo, iremos abordar a evolução da abordagem CPTED, de acordo com o desenvolvimento das várias teorias, com particular enfoque nos principais autores. De seguida, abordam-se as principais teorias e os princípios que estão na base da CPTED e finalmente a abordagem CPTED numa perspetiva pragmática, onde se incluem as principais estratégias, os intervenientes do processo e os resultados que se podem alcançar com a implementação dos respetivos conceitos.

2.2 Evolução da CPTED

O estudo de Machado, *et al.* (2011) menciona, sob a forma de um diagrama cronológico, que a primeira autora a abordar esta temática, ainda que sem a designação de CPTED, foi Elizabeth Wood. De acordo com Colquhoun (2004, citado por Bondaruk, 2008, p. 33) esta autora, “em 1961 propôs alguns padrões arquitetónicos para melhorar a segurança de micro-conjuntos residenciais americanos, no estudo *Housing Design: a Social Theory* (Projetos Habitacionais: uma Teoria Social) sendo considerada por Bondaruk, a precursora da Arquitetura contra o Crime...”

“Um dos objetivos desta socióloga era melhorar e aumentar a visibilidade no espaço físico, criando espaços onde os residentes se pudessem reunir, aumentando, assim, o potencial de vigilância.” (Fernandes D. F., 2010).

Jane Jacobs, autora de *The Life and Death of Great American Cities* (1961), referenciou aspetos destacados por Machado, *et al.* (2011), como a diferenciação clara entre espaço público e privado, o conceito de “territorialidade” e de “sentimento de pertença”, bem como o conceito de “olhos na rua”, i.e., vigilância (natural) através de observações específicas para as áreas interiores das grandes cidades americanas. Aborda igualmente o

uso misto do espaço, ou seja, o intercalar de espaços público com semi-públicos, para facilitar aos residentes, a saída das habitações, criando uma vigilância natural que, segundo a mesma autora, conduz à consequente diminuição de práticas criminais (Fernandes D. F., 2010).

Mas foi em 1971, com o criminologista Charles Ray Jeffery, que surgiu, pela primeira vez, o conceito “CPTED”, através da publicação *Crime Prevention through Environmental Design*. Como Machado, *et al.* (2011) apontam, Jeffery faz uma abordagem mais alargada, holística e integrada entre os sistemas social, comportamental, político, psicológico e biológico. Jeffery, vai à componente mental do indivíduo enquanto fator tão importante quanto os ambientais e externos na determinação de comportamentos criminais. Propõe que passemos a examinar também o meio ambiente e fatores externos, ao invés de aceitarmos que seja o delinquente o único e exclusivo culpado de um ilícito. De acordo com Fernandes (2010) foi, a partir deste momento, que se procedeu a uma alteração significativa na forma de pensar, no que respeita a comportamentos antissociais e criminosos, deixando de concentrar a culpa no delinquente apenas. Foi um momento marcante quando se assumiu que os programas de reabilitação dos delinquentes não respondiam às expetativas, nem as punições conseguiam contribuir para a redução da criminalidade.

Posteriormente, em 1977, Jeffery reedita uma revisão completa do seu primeiro livro de 1971. “A sua abordagem do “organismo vazio” foi, então, substituída por um novo modelo comumente denominado como o modelo de “sistemas integrados” do comportamento humano.” (Fernandes, 2010, p. 15).

A ideia deste autor resume-se no excerto do seguinte parágrafo:

Se a punição e o tratamento dos nossos prisioneiros estão a falhar e se a retribuição disso é uma resposta inadequada para o desvio social então, a situação exige uma nova abordagem para o controlo da criminalidade (...) É possível uma solução melhor: a Prevenção Criminal.⁸ (Jeffery, 1977, p. 36).

Prevenção criminal, segundo Timothy D. Crowe⁹, consiste na “antecipação, reconhecimento e devida avaliação do risco de ocorrência de um crime e o começar de uma ação que lhe venha por fim ou reduzir.”¹⁰ (Crowe, 2000, p. 28).

⁸Tradução da responsabilidade do autor.

⁹Este autor será abordado *a posteriori*.

¹⁰Tradução da responsabilidade do autor.

No entanto, Fernandes D. F. (2010), menciona Clarke (2001) e afirma que a abordagem de Jeffery não foi bem aceite pelos criminologistas, argumentando excesso de argumentos biológicos.

Oscar Newman surge um ano mais tarde, em 1972, com a publicação da obra: *Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design*. Este autor segue a linha de raciocínio de Jane Jacobs, denominando a sua teoria de *defensible space*¹¹, em que defende os conceitos de “territorialidade”, “sentimento de pertença”, “olhos na rua” (vigilância) e a limitação clara entre espaços públicos e espaços privados (Machado, et al., 2011). Arquiteto de formação, Newman, dedicou-se à reabilitação dos espaços residenciais de custos controlados tendo obtido resultados muito positivos, enfatizando a participação dos destinatários nos projetos urbanísticos.

É através das obras de Jeffery e de Newman que se faz uma transposição gradual de conceitos. De um pensamento em que o criminoso é tido como o único culpado passamos para um pensamento mais abrangente e realista onde são ponderados outros fatores, e.g. o contexto geográfico (Fernandes E. J., 1997) ou o contexto social.

De acordo com Ribeiro (2011, p. 50), “Timothy D. Crowe, em 1990, desenvolveu fundamentos consistentes sobre o conceito CPTED, permitindo a sua progressão durante a década de 90 para uma designada segunda geração CPTED.” O livro intitulado de *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts* é considerado o mais completo sobre a temática e complementa ideias abordadas anteriormente pelos académicos (Bondaruk, 2008) e (Fernandes D. F., 2010). Nesta obra, são apresentados exemplos concretos que complementam os anteriores autores, cobrindo assim uma lacuna que havia sido apresentada através da criação de estratégias e aplicações claras da teoria CPTED em, por exemplo, parques de estacionamento, escritórios e indústrias, centros comerciais, bombas de combustível, residenciais, escolas, etc. (Crowe, 1999).

Serve de complemento os programas desenvolvidos pela polícia britânica: *Secured by Design*, por exemplo. Este é um projeto que está ativo desde 1989, e se concentra no planeamento e na segurança residencial, em espaços comerciais ou parques de estacionamento, entre outros¹². Mais ainda, neste sítio da internet é possível à população obter informações úteis sobre como melhorar a segurança em casa, identificar os

¹¹Espaço defensável. Tradução da responsabilidade do autor.

¹²In <http://www.securedbydesign.com/>, consultado em 26 de junho de 2015.

equipamentos de vigilância mais aconselhados, o tipo de portas e fechaduras são adequadas, entre outras. (Cerqueira, 2012).

2.3 Conceção Teórica da CPTED

Abordámos o percurso histórico da emergência da abordagem CPTED que apresenta um conjunto de soluções para reduzir o número de ocorrências criminais. Baseou-se em diversas informações, estudos ou teorias para criar alguns princípios, conceitos e estratégias que são apresentados seguidamente.

2.3.1 Quatro Princípios da CPTED

A opinião dos autores quando se abordam os princípios da CPTED é unânime, divergindo apenas em alguns casos, o nome que se atribui, *e.g.*, em vez de manutenção e gestão, alguns autores optam por princípio da manutenção. Neste trabalho, orientámo-nos pelo Guia de Boas Práticas CPTED por ser uma referência nacional na área e por ter servido como guia orientador para as ações de formação, no entanto, estes princípios também são abordados por (Crowe, 1999). Os quatro princípios da CPTED são (DGAI, 2013):

- Vigilância natural;
- Controlo natural de acessos;
- Reforço territorial;
- Manutenção e gestão.

A **vigilância natural** tem por base a ideia de que os delinquentes não querem ser observados. Isto verifica-se porque, associado à observação, está um aumento da sensação de risco, que resulta do aumento do controlo, podendo conduzir à desistência da prática do ilícito (DGAI, 2013). A vigilância pode ser natural, organizada ou mecânica. A vigilância, sob a forma natural consiste na organização adequada do espaço, para promover a observação dentro deste, seja através do uso de materiais transparentes, como janelas, seja através da natural organização do espaço, como elementos arbóreos, sebes, entre outros, que não obstruam a visibilidade. O uso de policiamento (patrulhas) constitui a forma organizada de vigiar o espaço. Por fim, a forma mecânica consiste no recurso a tecnologias, que

permitam potenciar a observação do “olho humano”. Referimo-nos à utilização de câmaras de vigilância (CCTV), iluminação¹³, *etc.* (Crowe, 1999). Existe um conjunto de práticas que podem ser adotadas para que se obtenha um maior nível de vigilância natural, sendo elas: a utilização de espaços pelas atividades económicas ou lúdicas, para aumentar a afluência de indivíduos aos locais, que vão, inconscientemente, observar ou controlar o local; o uso de materiais transparentes, tal como um uso mais frequente de janelas, conduz também a uma observação do espaço não tão limitada; à noite, a tecnologia de iluminação LED, permite melhorias substanciais face ao tipo de iluminação mais tradicional¹⁴, para além de ter um consumo menor, não aquecer, nem produzir qualquer ruído. O facto de ter custos de manutenção significativamente menos dispendiosos também contribui para a sua utilização.

O **controlo natural de acessos** é o princípio que “se baseia na disposição de elementos naturais como arbustos ou vegetação semelhante, bem como estruturas físicas (...) que dão indicações às pessoas relativamente à legitimidade da sua permanência num determinado espaço.” (DGAI, 2013). Para Crowe (1999), controlo de acessos, à semelhança da vigilância, pode ser subdividido em três conceitos: natural, organizado e mecânico. Por natural entenda-se a correta definição do espaço, i.e., delimitação clara entre espaços públicos e espaços privados, uso de diferentes texturas, uso de diferentes cores, entre outros. A forma organizada consiste na presença de um elemento humano próprio para vigilância, ou seja, uso de vigilantes, guardas, porteiros, *etc.* A componente mecânica baseia-se no uso de ferramentas que estão ao dispor do utilizador do espaço, que lhe permitam limitar o acesso a quem este entenda fazê-lo, *e.g.*, fechaduras, trancas, correntes, *etc.* O objetivo é permitir a distinção entre zonas privadas e zonas públicas, para que os delinquentes, quando façam a transposição de uma zona para outra, associem facilmente um risco que está inerente à prática de um ilícito, sendo também visível para quem observa, expondo-os.

O **reforço territorial** ou **territorialidade** consiste num reforço de propriedade do espaço e facilidade no controlo desse espaço pelos legítimos utilizadores. “Normalmente, as pessoas protegem o espaço que apreendem como seu e respeitam as fronteiras.” (DGAI, 2013, p. 3). Associado a esta situação está, uma vez mais, a necessidade de existência de fronteiras que permitam identificar claramente que tipo de espaço está em questão. Para Bondaruk (2008, p. 82), territorialidade “...significa que cada pessoa deve abranger as áreas próximas ao seu domicílio ou residência, cuidando, vigiando, coibindo atitudes antissociais ao seu alcance, ou acionando a polícia para fazê-lo...”. Caso as pessoas não sintam o espaço

¹³As tecnologias que apoiam os princípios da CPTED estão presentes em apêndice G.

¹⁴Ver exemplo da zona da Bica, presente em Capítulo 5, Figuras 5 e 6, referentes à intervenção na iluminação.

como sendo seu, vai haver degradação, abandono, o que para os delinquentes corresponde a um decréscimo de risco associado ao ilícito.

O princípio da **manutenção e gestão** “está relacionado com o sentimento de pertença ou apropriação e zelo que os utilizadores demonstram na sua relação com o espaço, como por exemplo, a forma como os moradores de um bairro residencial cuidam dos espaços comuns.” (DGAI, 2013, p. 3). O nível de degradação de um espaço pode estar relacionado com comportamentos indesejados e negligência, i.e. um espaço visivelmente degradado torna-se apetecível para a prática de ilegalidades e o contrário também se pode verificar. Um espaço visivelmente bem mantido e confortável, ao dar indícios de que é controlado, pode contribuir para uma menor taxa de comportamentos antissociais ou criminais. Para mais informações sobre esta teoria, veja-se a teoria “*Broken Windows*” ou das Janelas Partidas explanada adiante.

2.3.2 *Defensible Space*

A teoria do Espaço Defensável foi desenvolvida por Oscar Newman em 1972, através da obra intitulada de *Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design*.

Trata-se de:

...um modelo para ambientes residenciais que inibe o crime por criar a expressão física de uma fábrica social que se defende¹⁵. Todos os diferentes elementos que são combinados para fazer o espaço defensável têm um objetivo comum – um ambiente em que a territorialidade latente e o senso de comunidade dos habitantes, pode ser traduzido na responsabilidade de garantir um seguro, produtivo e bem mantido, espaço de viver. O potencial criminoso percebe que um espaço como este é controlado pelos seus residentes, deixando-o, como intruso, reconhecido e consciente disso (Newman, 1972), citado por Bondaruk (2008, p.92).

¹⁵Aqui, Bondaruk utiliza a expressão “fábrica social” para traduzir para brasileiro. O seu objetivo é transmitir a ideia de que os residentes se unem para defenderem o meio social em que estão inseridos contra delinquentes.

Tal como Jeffery, Newman considerava que a não existência de um sentimento de apropriação de um determinado espaço: o conceito de “territorialidade”, conduzia a ocorrências criminais superiores, quando comparado com outras áreas onde tal não se verificava. Assim, e sempre baseado em dados estatísticos, conduziu um estudo num bairro de St. Louis, Estados Unidos da América (EUA), onde verificou que as escadas dos edifícios que eram utilizados por um maior número de habitantes estavam visivelmente mais degradadas do que aquelas que eram usadas por um menor número de famílias, o que conduziu a uma crescente prática de atos criminais nas primeiras escadas. As caixas de correio foram vandalizadas e os grafitos proliferavam naquele espaço residencial, juntamente com outras manifestações de comportamentos antissociais, tornando o espaço inseguro e levando à consequente desertificação do local. Newman verificou também que, próximo desse local, noutro bairro com uma população semelhante, este cenário não existia.

Num estudo noutro bairro de St. Louis, apesar do caos instalado constatava-se um elevado grau de segurança devido à sensação de permanente controlo que o bairro “imprimia” nos visitantes. Newman concluiu então que “...o problema são as características do espaço e não as pessoas que o habitam.” (Cerqueira, 2012, p. 16). Apesar de considerar sempre o papel dos indivíduos nos espaços e valorizar as opiniões dos destinatários nos projetos em que esteve envolvido, Newman assume que o desenho urbano, bem como as características físicas dos locais facilitam ou promovem os comportamentos indesejados.

2.3.3 Teoria de Broken Windows ou Teoria das Janelas Partidas

A teoria de “Broken Windows”¹⁶, surgiu em 1982, na revista *Atlantic*, tendo sido desenvolvida na obra *Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in our Communities* de George L. Kelling e Catherine Coles (1996). Esta teoria estabelece uma relação entre as condições observáveis de um determinado espaço e o nível de criminalidade ou comportamentos indesejáveis, ou seja, associa ao mau estado de um local (presença de lixo, grafitos, vidros partidos, entre outros), o aumento de comportamentos antissociais (Michener, 2012).

Imagine-se o seguinte exemplo: uma fábrica declara falência, sendo abandonada por completo. Concludentemente, o espaço periférico começa a ser ocupado por vegetação,

¹⁶Teoria das Janelas Partidas, quando traduzido para português.

dando a nítida noção de abandono, i.e., são transmitidos indícios de que aquele espaço não é controlado, logo, é um espaço permissivo a qualquer comportamento. Os delinquentes vêem aqui uma oportunidade para um comportamento ilícito, por ser um local sem vigilância e deserto, reduzindo a percepção do risco, compensando a sua atitude. Surgem os grafitos, as janelas partidas, o lixo, etc. A partir do momento em que o primeiro ato indesejável ou delinquente é cometido, e não é reprimido, a restante vandalização vai assumindo proporções cada vez maiores, culminando eventualmente numa apropriação ilegítima ou na destruição da fábrica. A ideia desta teoria pode traduzir-se pela noção de que a degradação gera degradação. Se um espaço não for controlado de imediato, pode tornar-se num local incontrolado através do uso abusivo para a prática de comportamentos indesejados.

2.3.4 Teoria da Escolha Racional e das Atividades de Rotina

A obra utilizada para explicar esta teoria intitula-se: “*Routine Activity and Rational Choice: Advance in Criminological Theory*”, embora já existam outras. Aqui, Clarke & Felson (2008) defendem que para a ocorrência de um ilícito devem estar presentes no mínimo três elementos: um possível criminoso, um alvo aceitável e um guardião capaz de fazer frente. Por possível criminoso, entenda-se qualquer pessoa que, por qualquer razão praticaria um crime. O alvo aceitável envolve qualquer pessoa ou objeto com probabilidade de ser atacado ou furtado pelo delinquente. Por fim, o guardião capaz, não tem necessariamente de ser um polícia ou um segurança, sendo que, “De facto, as pessoas mais prováveis de prevenir um crime não são polícias (...), mas sim vizinhos, amigos, familiares, testemunhas ou o proprietário do bem. Note-se que a ausência de um guarda capaz é crucial.”¹⁷ (Clarke & Felson, 2008, p. 3). Assim, um criminoso, consoante as suas preferências e face ao conjunto de escolhas disponíveis, tem oportunidade de escolha. “Este processo de decisão pode nem sempre envolver decisões conscientes e explícitas, mas resulta, na maior parte dos casos, em ações racionais e previsíveis”¹⁸ (Clarke & Felson, 2008, p. 261).

Respeitante às atividades de rotina, de uma forma simplista, defende que a rotina de potenciais vítimas alteram a probabilidade de ocorrência de crimes, i.e., numa área residencial, a hora do dia em que é menos frequentada é durante o horário de trabalho dos

¹⁷Tradução da responsabilidade do autor.

¹⁸Tradução da responsabilidade do autor.

residentes, aumentando a possibilidade de ocorrência de crimes. Vejamos outro exemplo: o período de funcionamento de um estabelecimento comercial tem menores probabilidades de ser assaltado do que no momento do seu encerramento. Assim, com simples observações das rotinas dos locais, os delinquentes podem reduzir o risco de forma racional (Clarke & Felson, 2008).

2.3.5 Criminologia Ambiental e Prevenção Criminal Situacional

A Criminologia Ambiental deve ser entendida enquanto disciplina que aborda as influências que o espaço construído tem nos comportamentos do criminoso. As ocorrências criminais não são espacialmente aleatórias, pelo contrário, estão concentradas nos locais em que pelas características, existem oportunidades. “Estes conhecimentos permitem às polícias, praticantes da prevenção criminal e a outro grupos interessados, concentrar recursos em problemas relacionados com um determinado crime e em determinado local.”¹⁹ (Wortley & Mazerolle, 2011, p. 2).

Por sua vez, a Prevenção Criminal Situacional aborda o crime, enfatizando compreender a motivação e a oportunidade que conduz ao acontecimento (Wortley & Mazerolle, 2011). Consciente disto, torna-se então fundamental partir para a prevenção, através da redução nas oportunidades do crime, visto que traz resultados imediatos na redução deste. (Wortley & Mazerolle, 2011). No entanto, para que isto aconteça, é necessário, na maioria das vezes, compreender na totalidade como e porquê um crime é cometido. No livro “*Environmental Criminology and Crime Analysis*” (2011) são apresentados vinte e cinco técnicas de prevenção situacional, sendo que se pode aumentar o esforço e os riscos, e reduzir o prémio, a provocação e excluir as desculpas (Wortley & Mazerolle, 2011).

2.3.6 2ª Geração CPTED

Originalmente, a abordagem CPTED não foi bem aceite por alguns membros da comunidade científica. Se por um lado havia uma identificação clara de um problema, por

¹⁹Tradução da responsabilidade do autor.

outro não possuía bases que comprovassem a existência de uma relação entre as características físicas e a diminuição de criminalidade (Cerqueira, 2012), i.e., não existiam ainda formas de comprovar que a CPTED prevenia o crime. Alguns autores entendiam que Jeffery atribuía uma importância demasiado elevada ao fator espaço físico, em detrimento do delinquente. Outra crítica apresentada foi o foco que atribuiu ao momento da planificação dos projetos, conferindo semelhante valor à manutenção dos espaços (Fernandes D. F., 2010). De facto, contextualizando o momento em que esta abordagem surgiu, verificamos que Jeffery rompe quase radicalmente com as tradicionais teorias que explicam a adoção de comportamentos indesejados, chegando mesmo a atribuir uma causa genética a estes comportamentos.

Reforçando cada vez mais a importância do contexto social, surge a 2ª geração CPTED que manteve os princípios base da CPTED, reforçando a necessidade de uma interação social, ou seja, criar programas que façam com que os vizinhos se conheçam, criando assim o sentimento de apropriação entre os utilizadores e o espaço. (Cerqueira, 2012). É uma abordagem mais integradora, mais abrangente e sustentável ultrapassando os princípios da CPTED normalmente mencionados. Originalmente era esta a ideia de Jeffery, no entanto os seus seguidores baseavam-se apenas nos princípios e nas características físicas do desenho urbano. A 2ª geração CPTED acrescenta à abordagem inicial a coesão social, mobilidade e acessibilidades, características culturais, bem como o potencial social, i.e., torna a abordagem mais sustentável alargando a sua intervenção ao contexto social específico de uma comunidade e às potencialidades de um determinado território que deve ser concebido, não simplesmente para reduzir oportunidades para comportamentos indesejados, mas compreendendo as limitações e potencialidades de um território, aproveitando-as e promovendo os comportamentos desejados (Atlas, 2008).

2.4 Estudos Nacionais

Em Portugal, pouca literatura se encontra sobre a temática. Em 1997, Eduardo Fernandes apresenta a dissertação “Segurança e Sustentabilidade: Processos urbanos e criminalidade na cidade do Porto no século XX”, sendo o primeiro autor em Portugal a abordar a relação entre políticas urbanas e segurança. Este autor abordou teorias como o *Defensible Space* e as teorias da criminologia ambiental. Conclui o estudo, entendendo que a segurança é um factor “...indissociável do conceito de sustentabilidade urbana.”

(Fernandes E. J., 1997, p. 270). Entende também que “...a generalidade dos estudos de planeamento urbano tratam a questão da segurança como algo exterior ao planeamento...”.

Um ano depois surge a dissertação “Cenário do Delito” da Arquiteta Cecília Delgado, que procura “...identificar as relações decorrentes entre a cidade vivenciada como espaço construído (...) e a maior ou menor “predisposição” para a ocorrência de atividades delituosas...” (Delgado, 1998, p. 1), de onde, parte do princípio que as características do espaço podem influenciar a prática destes atos. Para concluir refere que “...a morfologia da cidade potencia a existência de zonas inseguras e zonas seguras.” e que “...o desenho dos espaços influencia a oportunidade de delito.” (Delgado, 1998, p. 225).

Em 2008, surge o Relatório de Projeto “Planeamento e concepção dos espaços públicos na óptica da prevenção da criminalidade”, de Miguel Saraiva. O autor faz uma distinção entre uma componente mais teórica e outra mais pragmática, sendo o primeiro a abordar um manual de boas práticas CPTED.

Em 2010, Daniela Fernandes foi a primeira profissional da segurança a mostrar-se interessada por esta temática com o desenvolvimento de um estudo: “Urbanismo e Segurança: Contributos da concepção, manutenção e utilização do espaço para a prevenção criminal, uma perspetiva ao Bairro da Bela Vista, em Setúbal”. Aqui, conclui que “A manipulação das características do espaço (...) não extinguem a ocorrência de crimes e de incividades, mas contribuem para uma diminuição das oportunidades dessas ocorrências...” (Fernandes D. F., 2010). Ainda em 2010, teve lugar em grupo focal no Salão Nobre do MAI, com vista à discussão de vários assuntos relacionados com a CPTED, nomeadamente, entre outros, a tradução, a importância desta abordagem, as necessidades de formação. Foi decidido, que se deveria manter o acrónimo CPTED, pelo percurso histórico do mesmo, mas traduzido o seu significado por Português para: *Prevenção Criminal Através do Espaço Construído*.

Em 2011, surgiram os autores António Ribeiro, Catarina Serrano e Luís Freitas. O primeiro, apesar de ser apresentado no seguimento da obtenção do grau de mestre em arquitetura, surgiu por parte do Capitão da GNR, com a investigação “Arquitectura e Urbanismo como factores de Segurança Pública *Crime Prevention through Environmental Design*. CPTED”. Aqui, o autor aborda a segurança, a arquitetura, o urbanismo, a prevenção da criminalidade através de uma referência ao crime, ao criminoso e à abordagem CPTED. Apresenta estratégias de intervenção na prevenção da criminalidade através da arquitetura e do urbanismo. Ao longo do trabalho são apresentados exemplos positivos e negativos de construções e intervenções baseadas na CPTED. A segunda autora, na dissertação “A

contribuição do desenho urbano para a saúde física e mental das pessoas: Metodologias para conceber a cidade” apenas refere estas metodologias no subcapítulo “2.6. Espaço público e segurança”, onde aborda autores como Jacobs, Gehl, Newman, Jeffery e Crowe, explicando qual a sua contribuição na relação entre o espaço público e a segurança. Por sua vez, Luís Freitas no trabalho “Influência do desenho urbano na insegurança da cidade: Uma proposta para o bairro da Cova da Moura”, aborda a delinquência e a insegurança e a influência do desenho urbano na insegurança, apresentando uma proposta CPTED.

Em 2012, surge Maria Monteiro e Hilário Cerqueira com investigações nesta área, ambos profissionais ligados com a segurança. Maria Monteiro, profissional da PML, através da investigação “O papel das Polícias Municipais na prevenção do crime: Contributos e perceções da Polícia Municipal de Lisboa”, abordando uma série de conceitos e teorias: Teoria das janelas partidas, a prevenção do crime, a noção do risco e a sua perceção, as incividades do espaço público, entre outras. Conclui com a transcrição “Às autarquias deve ser imputada a responsabilidade de criar as condições necessárias, para que seja devolvido à população o sentimento de segurança...” (Monteiro, 2012, p. 76). Hilário Cerqueira, no RCFTIA intitulado de “A freguesia de Campelo e a criminalidade de rua” aborda a CPTED e a sua evolução, a teoria do “espaço defensável”, a teoria da “prevenção situacional do crime” e aplica-as na freguesia de Campelo, concluindo que a criminalidade de rua, em Campelo, não resulta da ausência de um planeamento CPTED.

Em 2013, Elisabete Ferreira, conclui na investigação: “Segurança e prevenção da criminalidade em espaços públicos: A dialética proativa entre o desenho e o uso seguro” que “o conceito CPTED, enquanto modelo operativo de prevenção criminal através do desenho urbano, torna possível incentivar a vivência dos espaços públicos, integrando neles condições naturais de segurança...” (Ferreira, 2013, p. 334).

Carla Silva, em 2014, na sua tese intitulada de “Segurança Urbana: a arquitetura ao serviço da diversidade: Olhares paralelos entre Portugal e o Brasil”, concluiu que “a arquitetura, o urbanismo e o planeamento tem vindo a promover a diferença na urbe, apesar de não serem os “culpados” pela criminalidade.” e que “a questão da segurança urbana ultrapassa a fronteira do bairro e passa a ser incorporada pela envolvente urbana” (Silva, 2014, p. 241).

2.5 A Utilização da CPTED

A CPTED, para além de apresentar um conjunto de princípios, tem essencialmente uma componente pragmática que se traduz através dos inúmeros manuais com *checklists*, lançado inicialmente por Crowe (1999), facilitando a aplicação no apoio à efetiva conceção e gestão do espaço. Um outro exemplo é o Guia de Boas Práticas CPTED que foi traduzido pela DGAI (2013).

Neste subtópico apresentamos ainda as estratégias, entidades envolvidas na CPTED, as novas tecnologias que podem ser utilizadas e as vantagens associadas a esta abordagem.

2.5.1 Estratégias CPTED

A estratégia mencionada na CPTED é a dos 3-D's: Designação, Definição e Design²⁰, proposta por Crowe (1999) e integrada nos manuais CPTED. Baseia-se em três funções ou dimensões do espaço humano:

- 1- Todo o espaço humanizado tem um objetivo bem designado;
- 2- Todo o espaço humano tem uma definição social, cultural, legal e física que indica os comportamentos desejados e aceitáveis;
- 3- Todo o espaço humano deve ser desenhado para apoiar e enquadrar comportamentos desejados.

A estratégias dos 3-D's responde às questões do anexo A.

2.5.2 Participantes

De acordo com o *workbook* do CPTED *essentials* (Crime Prevention Unit, SA, 2005), ao planear um espaço, devem considerar-se os aspetos demográficos, as diferentes faixas etárias como crianças, adolescentes, adultos, idosos, famílias, minorias étnicas, bem como comerciantes, residentes, turistas, entre outros. Idealmente, no desenho de um espaço há que considerar estes grupos da população que utilizam o espaço público. Veja-se, por exemplo, qual seria a utilidade de um parque infantil, num bairro sem crianças. Assim, e sob

²⁰Design enquanto processo de conceção, i.e., projeto.

risco de um espaço se tornar inútil ou sem qualquer uso ou função, no momento da concepção ou reabilitação, as opiniões da população devem ser consultadas. As pessoas para as quais o espaço é destinado, bem como os grupos que poderão utilizar o espaço indevidamente deverão ser consultados.

Pela entrevista que Fernandes D. F. (2010, p. 27) fez a Teresa Heitor, esta refere que “a experiência internacional mostra que, para alcançar bons resultados é necessária a formação de equipas multidisciplinares capazes de dialogar e trocar conhecimentos para a solução de problemas específicos.”. Nas equipas multidisciplinares é incluída a presença das FS, das Autoridades de Proteção Civil, trabalhadores das Câmaras Municipais (arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros agrónomos, sociólogos, ou antropólogos, responsáveis pela concepção de um espaço), residentes, instituições locais, i.e., todos aqueles grupos que poderão constituir uma mais-valia para que o espaço possa atingir o objetivo: satisfazer as necessidades da população.

2.5.3 Resultados

Crowe (1999, p. 9) apresenta alguns resultados provenientes da utilização da CPTED:

- As lojas de conveniência que aplicaram os princípios da abordagem CPTED sofreram uma redução do furto e do roubo entre os 50 e 65%;
- Outras cidades, como *Fort Lauderdale, Knoxville, Jacksonville, Dayton, North Miami Beach, Toronto*, entre outros, sofreram a redução do tráfico de estupefacientes, bem como da ocorrência de crimes em geral, de 15% a 100%;
- Empresas como a Mobil, Disney World, Westinghouse, Trinova, reduziram as perdas e aumentaram a produtividade;
- As escolas que passaram a utilizar estes conceitos reduziram os custos de construção, bem como comportamentos criminais, aumentando o número inscrições e frequentadores dos locais;
- Empresas de transporte de *Washington, Houston, Toronto* e outras, reduziram os gastos e sofreram uma redução de corrências criminais.

Capítulo 3

A formação CPTED

3.1 A CPTED em Portugal

A abordagem CPTED tem recebido alguma resistência ou sido negligenciada em Portugal, essencialmente devido aos cursos de arquitetura não abordarem este tema. Surgem algumas iniciativas pontuais que resultam da vontade e liberdade dos professores.

O Ministério da Administração Interna, por iniciativa da DGAI, promoveu um grupo focal em 2010 com profissionais dedicados à relação “espaço-comportamentos” no sentido de discutirem conjuntamente a importância da CPTED nas mais variadas áreas, desde a arquitetura, arquitetura paisagista, urbanismo, antropologia, sociologia ou geografia, salientando o importante papel das FS na conceção dos espaços. Inicialmente foi discutida a tradução do acrónimo CPTED e foi comumente aceite que o mais adequado seria: Prevenção Criminal Através do Espaço Construído. As necessidades de formação foram identificadas como um dos obstáculos que mantêm os profissionais menos interessados nesta abordagem, tendo sido considerado unânime a realização de futuros encontros com vista à promoção da CPTED.²¹

Em 2011, a Polícia Municipal de Lisboa promoveu um *workshop* com profissionais do município sobre CPTED com vista a sensibilizá-los para esta abordagem desenvolvida nos anos 70'. Contou com a presença de cerca de 40 profissionais, sendo a CPTED considerada de relevante interesse no âmbito das suas atividades profissionais.

Em 2013, foi publicado o manual de boas práticas CPTED, que contou com o prefácio do SEXA MAI. Este manual é uma tradução do manual de Singapura supervisionado por Tim Crowe. Foi publicado originalmente pelo *National Crime Prevention Council of Singapura*, disponibilizado em: <http://www.ncpc.gov.sg/cpted.html>. A tradução do manual

²¹Estes encontros nunca vieram a ocorrer.

teve a colaboração da maior parte dos participantes do grupo focal em 2010, e surgiu com o objetivo de colmatar a necessidade de disponibilizar manuais em português sobre CPTED²².

Aquando do término dos dois cursos CPTED, o manual ainda não se encontrava publicado, tendo sido disponibilizado posteriormente e distribuído por todos os formandos.

No início de 2015, a GEBALIS, E.E.M. decidiu remodelar todos os gabinetes de atendimento, excetuando o da Loja do Cidadão, em Marvila, com orientações CPTED, reconhecendo a potencialidade da abordagem com vista à utilização de mobiliário protetor e defensivo para os funcionários que lidam diretamente com os moradores e estão sujeitos a um conjunto de comportamentos indesejados, ameaçadores ou mesmo violentos.

Verificámos que a medida 1.1.4 – “Promover a reabilitação do espaço público visando a segurança e a melhoria das acessibilidades”, incluída na Estratégia Nacional para a Habitação, contempla a abordagem CPTED. Resulta da criação do grupo da segurança integrado na Agência Independente da Habitação e da Cidade, com vista à seleção de contributos para esta estratégia que orienta as políticas da habitação até 2030, disponibilizada no sítio da internet da página do “Portal da Habitação” em: http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/EstNacHabitaacao/ENpH_v2015-06-18_valida_PT_com-contributos.pdf. Na estratégia é mencionado o Guia de Boas Práticas como documento orientador de projetos habitacionais, assumindo uma preocupação na reabilitação também do espaço público em contexto habitacional: “Estabelecer e disseminar normas e boas práticas para os projetos de reabilitação do espaço público, tomando por base a diretiva do Comité Europeu de Normalização e o Guia de Boas Práticas CPTED, editado pela Direção-Geral da Administração Interna em 2013. Que os projetos de reabilitação do espaço público passem a respeitar estas normas, as medidas de uso eficiente dos recursos e as normas de acessibilidade e que as mesmas estejam consagradas na avaliação das candidaturas a financiamentos públicos.”

Neste sentido, não podemos afirmar que a CPTED é inexistente em Portugal. De facto tem havido um esforço positivo para reconhecer o potencial da CPTED e incentivar a sua integração nos projetos urbanísticos.

²²Inicialmente foi prevista a publicação de 1500 exemplares, mas foram publicados apenas 400. Já na DGAI, o formato do manual foi pensado de forma a facilitar a sua utilização frequente: A5 que facilita o seu transporte; capa mais resistente; o tipo de papel acetinado e mais resistente distinguindo-se do tipo de papel do *checklist* pela cor (amarela) e facilitando a sua reutilização com lápis de carvão. As argolas facilitam também o manuseamento.

3.2 O Curso de Formação CPTED

O curso CPTED da CML foi baseado no curso básico ministrado pelo *National Institute of Crime Prevention* e no curso avançado ministrado pelo *American Crime Prevention Institute*. Os conteúdos foram adaptados ao contexto nacional, essencialmente no que se refere ao enquadramento criminal e desenvolvimento dos projetos urbanísticos, ilustrando com exemplos nacionais que resultam das ideias de senso comum, como é o caso da Avenida Duque de Ávila em Lisboa caracterizado pelo protagonismo dado ao peão.

A divulgação do curso na CML resulta do *feedback* do *workshop* de 2011 em parceria com a PML, reconhecendo a importância e potencialidade do desenho urbano nos comportamentos, com vista a um melhor desempenho profissional na conceção do espaço público, satisfazendo as necessidades dos cidadãos.

3.2.1 Estrutura do Curso

O curso teve uma duração de 28 horas, com duas ações de formação, em outubro e novembro de 2013, onde estiveram 40 formandos. Os conteúdos abordados foram: introdução ao conceito CPTED, definição, estratégias, benefícios e limitações; a CPTED em Portugal e no mundo; o crime e o local; a iluminação e o crime; soluções urbanas; estudos de caso; visitas de locais paradigmáticos; elaboração de relatórios CPTED; o planeamento urbanístico e a CPTED.

O objetivo, para além de promover o trabalho em equipa com diferentes perspetivas através de grupos constituídos por formandos com diferentes licenciaturas, foi essencialmente sensibilizar para a necessidade de trabalhar com as FS, o que se constatou nas entrevistas.

Foram realizadas três visitas de estudo, sendo a última das quais aquela que seria objeto de avaliação e sujeita a recomendações CPTED, apresentadas pelos formandos.

3.2.2 A importância de visitar os locais intervencionados ou por intervencionar

Aproveitando a presença das diferentes áreas de trabalho dos formandos, tornou-se pertinente em diferentes momentos da formação, a deslocação a diversos locais com vista à

utilização de conceitos, à observação de diferentes aspetos abordados na formação, bem como a necessidade de trabalhar em equipa, e essencialmente com as FS.

Foi possível perceber, durante o curso, que os profissionais demonstravam necessidade de visitar os locais intervencionados ou a intervir. Essa opinião também foi salientada durante as entrevistas. A aplicação da abordagem CPTED obriga à integração da opinião dos destinatários, pelo que se torna fundamental existirem deslocações aos locais.

3.2.3 Os projetos apresentados

A avaliação dos formandos, para além de integrar a participação e interesse durante a formação, contou também com a apresentação de relatórios CPTED. Os formandos deslocaram-se aos locais a avaliar e apresentaram as recomendações de melhoramento com base na abordagem CPTED, identificando problemas e soluções. O carácter holístico das soluções propostas resultaram de uma abordagem multidisciplinar, uma vez que os grupos eram constituídos pelo menos por um arquiteto, um arquiteto paisagista, um sociólogo e um elemento das FS. Durante a apresentação dos projetos foi interessante identificar o reconhecimento da importância da opinião dos elementos das FS, nomeadamente o sentimento de segurança ao percorrer um local desconhecido, ou mesmo as preocupações do quotidiano. Foi perceptível que são raras as situações em que as FS são consultadas e, quando o são, nunca é na fase inicial dos projetos, nem durante todas as fases dos projetos. Importa agora perceber até que ponto a formação conseguiu sensibilizá-los para estas questões.

Capítulo 4

Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos

4.1 Introdução

A investigação que se apresenta reparte-se em dois momentos. O primeiro consiste na elaboração de um trabalho de campo, onde se realizam as entrevistas, partindo depois com alguns dados já obtidos, para uma análise de locais referidos como exemplos CPTED, fazendo posteriormente a respetiva análise e registo fotográfico, com o objetivo de analisar o “antes” e o “depois”, para identificar alterações no registo da criminalidade.

O segundo momento consiste na elaboração escrita do presente trabalho.

Segundo Sarmiento (2013), a metodologia tem como objetivo descrever o problema, os métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa, bem como materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento do trabalho. Por conseguinte, neste capítulo, iremos expor e justificar os métodos de trabalho usados durante todas as fases de elaboração do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada.

4.2 Método de investigação científica

“O método científico é um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento.” (Sarmiento, 2013, p. 7). Assim, surge a necessidade de definir um método que procure dar resposta aos objetivos propostos, seja através da formulação das perguntas derivadas, seja através das hipóteses. O método que, na opinião do investigador, melhor se adequa aos contornos da investigação é o hipotético-dedutivo ou de verificação das hipóteses. “Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 144).

“Numa investigação científica pode ser utilizado mais do que um método...” (Sarmiento, 2013, p. 7). Como tal, para complemento à investigação, foi também utilizado o método de análise documental, método inquisitivo e o método de observação direta.

Primeiramente, o método da análise documental, presente durante todas as consultas efetuadas ao longo da realização do trabalho, onde se destaca a consulta, análise e tratamento dos dados criminais obtidos através do site da DGPIJ. Na consulta documental, salientamos o estudo “Metrópoles Seguras” e a Norma de Execução Permanente 520/2ª, que foi usado essencialmente para a estruturação da investigação. E esteve presente também na leitura das obras associadas à temática em causa, para construção da revisão da literatura.

Sendo esta uma investigação que se compromete, enquanto objetivo, a averiguar de que forma a segurança urbana é contemplada nos projetos urbanísticos, não faria sentido a não realização de entrevistas aos responsáveis pela conceção do espaço público. Desta forma, foi utilizado também o método inquisitivo. “Uma entrevista permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupos.” (Sarmiento, 2013, p. 30). Neste caso, a entrevista resulta de relatos dos profissionais responsáveis pela conceção do espaço e manutenção da segurança na área de Lisboa, que integraram o curso CPTED.

“Na prática, é raro as entrevistas exploratórias não serem acompanhadas por um trabalho de observação ou de análise de documentos” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 83). Assim sendo, fizemos ainda uma análise dos casos expostos pelos entrevistados.

O método de observação direta traduz-se na ida aos locais. Esses locais foram referenciados pelos entrevistados como sendo exemplos, pela positiva ou pela negativa, da aplicação da CPTED, mesmo que aplicada inconscientemente. A ida aos locais foi acompanhada por registo fotográfico do “antes”²³ e do “depois”. Foram também elaboradas entrevistas não estruturadas na sequência das visitas, a comerciantes e utilizadores do espaço. Estas entrevistas não foram gravadas, sendo que a única pergunta foi “Qual a sua opinião sobre este local?”.

²³Dado que são momentos anteriores à elaboração do presente trabalho, foram fornecidos pelos entrevistados. Está presente no trabalho sempre que possível, dado que existem exemplos em que os próprios não possuíam registos.

4.3 Entrevistas e análise de dados

Segundo Sarmiento (2013), quanto à estruturação da entrevista, esta pode ser estruturada, semiestruturada ou não estruturada. Todas as entrevistas têm caráter semiestruturada (ou semiformal ou semidiretiva, conforme a preferência). Esta estruturação caracteriza-se pela possibilidade de “o entrevistado responder às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas” Sarmiento (2013, p. 34). Opta-se por esta estruturação, por forma a que os entrevistados possam dar a conhecer o seu conhecimento empírico, bem como exemplos concretos. Procura-se assim conhecer e dar a conhecer locais alvo de intervenções urbanísticas, em que se possa verificar os conceitos CPTED, que quando possível, tenham registos fotográficos, do “antes” e do “depois” e respetiva análise de dados da criminalidade.

No que respeita ao guião, foram elaborados vários, com o fim único de conseguir abordar as perspetivas de todos os entrevistados. A formulação resultou das profissões dos entrevistados numa primeira fase, sendo que os responsáveis pelo desenho urbano tiveram um guião diferente dos profissionais da PML. Foram sendo acrescentadas questões quando surgiam dados considerados relevantes para a temática, como foram os casos dos entrevistados ligados à área da acessibilidade e da iluminação pública. A validação foi efetuada por dois especialistas em CPTED, a mestre Ana Verónica Neves e a Dr.^a Mónica Diniz do Gabinete de Planeamento da PML. Foram realizados pré-testes aos dois primeiros entrevistados, que serviu como uma linha orientadora para eventuais alterações que se avizinhassem necessárias.

Este trabalho de investigação contou com vinte e quatro entrevistas, em quarenta possíveis, representando assim a amostra superior a 50% dos formandos do curso CPTED. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente, presencialmente, em local e data definidas pelos entrevistados. Apesar de se apresentar essas percentagens, deve ser referido que não foram efetuadas mais entrevistas devido à falta de voluntários, constituindo esta uma limitação do trabalho. As entrevistas são anónimas e confidenciais, tendo sido comunicada esta situação aos entrevistados.

A análise do conteúdo das entrevistas integra a metodologia qualitativa, em que “teriam como informação base a presença ou ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do “discurso” estão articulados uns com os outros” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 227).

4.4 Caraterização dos entrevistados

O curso CPTED contou com um total de 40 formandos, o que poderia constituir 40 possíveis entrevistas, destas pessoas só 24 se mostraram disponíveis para serem entrevistadas. Entre esta amostra conta-se com 17 pessoas do sexo feminino e 7 do sexo masculino. No que respeita a profissões, estão presentes os testemunhos de 6 arquitetos, 9 arquitetos paisagistas, 1 engenheiro, 1 geógrafo, 3 sociólogos e 4 profissionais da Polícia Municipal, sendo que destes 2 são chefes da PSP e 2 são sociólogos, que prestam serviço na instituição (PML). Desta amostra, destaca-se o entrevistado n.º 14 por trabalhar na área da iluminação pública e o entrevistado n.º 22, por trabalhar na área das acessibilidades.

No Quadro 1, apresentado seguidamente, referimos as caraterísticas dos entrevistados, bem como algumas observações consideradas pertinentes.

Quadro n.º 1 - Caraterização dos entrevistados

Entrevista	Profissão	Local	Data	Observações
1	Engenheira	GEBALIS	08/01/2015	Trabalho ligado a bairros sociais
2	Sociólogo	CML	12/01/2015	
3	Socióloga	PML	13/01/2015	
4	Chefe da PSP	PML	13/01/2015	
5	Chefe da PSP	PML	13/01/2015	
6	Arquiteta	CML	13/01/2015	
7	Socióloga	CML	14/01/2015	
8	Geógrafa	CML	14/01/2015	
9	Arquiteta Paisagista	CML	15/01/2015	
10	Sociólogo	CML	15/01/2015	
11	Arquiteta Paisagista	CML	16/01/2015	
12	Arquiteta Paisagista	CML	16/01/2015	
13	Arquiteta Paisagista	CML	16/01/2015	
14	Arquiteto	CML	16/01/2015	Trabalho com iluminação pública
15	Arquiteta Paisagista	CML	16/01/2015	
16	Arquiteto Paisagista	CML	19/01/2015	
17	Arquiteta	CML	20/01/2015	
18	Arquiteta	CML	20/01/2015	
19	Arquiteta Paisagista	CML	20/01/2015	
20	Arquiteta Paisagista	CML	20/01/2015	
21	Arquiteta Paisagista	CML	21/01/2015	
22	Arquiteto	CML	23/01/2015	Trabalha na área das acessibilidades
23	Arquiteta	CML	26/01/2015	
24	Socióloga	PML	30/01/2015	

4.5 Materiais e instrumentos utilizados

Como meios de apoio à presente investigação, foi usado um gravador digital de marca *Olympus*, modelo VN-731PC e uma câmara fotográfica de marca *Olympus*, modelo SP-800UZ.

O programa que serviu de base para a presente redação de toda a investigação foi o *Microsoft Office Word* 2013, sendo que o processo de análise dos dados criminais e das entrevistas contou com o programa *Microsoft Office Excel* 2013. Existem programas de *software* especializados para análise de conteúdo como o MaxQda, no entanto considerámos que não seria necessário utilizá-lo pelo tempo consumido para a aprendizagem dos comandos básicos, o que iria dificultar a realização das restantes atividades do RCFTIA.

Capítulo 5

Trabalho de Campo – Apresentação, análise e discussão de dados

5.1 Introdução

A análise das entrevistas será um dos temas principais deste trabalho de investigação que procura saber de que forma os formandos em CPTED integram os princípios desta abordagem e consideram a opinião dos elementos das FS nos projetos urbanísticos.

Assim, ao longo do presente capítulo, irá ser feita uma análise das entrevistas, e, posteriormente, análise aos locais intervencionados ou por intervencionar referidos pelos profissionais.

5.2 Análise das entrevistas

As entrevistas realizadas foram efetuadas a profissionais da CML e da PML, com formação em diferentes áreas, que possuíssem o curso CPTED e tenham demonstrado disponibilidade para serem entrevistados e colaborar neste trabalho.

As entrevistas foram, de forma geral, baseadas nas seguintes questões: Quais as expectativas que tinha do curso CPTED?; Foi da sua iniciativa integrar o curso?; O que mais gostou?; O que menos gostou?; Considera que o curso CPTED veio alterar a forma como olha para a segurança?; Qual a importância da segurança no desenho urbano?; O que pensa do curso CPTED que frequentou?; Qual o papel da autarquia na segurança?; Considera importante o envolvimento dos destinatários na conceção do espaço público? Em que fase do projeto?; O curso trouxe-lhe mais sensibilidades com as outras instituições com que lidou? Considera importante haver uma linguagem comum relativamente à gestão do espaço público?; O que pensa da criação de um grupo de trabalho que aborde as questões CPTED? Como gostava que funcionasse?; O que gostava de acrescentar à sua opinião sobre este curso?

A duração média das entrevistas foi de 29 minutos e foram realizadas em três semanas, conforme a disponibilidade dos entrevistados e no local por eles escolhido.

A análise dos dados é apresentada no Quadro n.º 7, mais adiante.

5.3 Análise das entrevistas / conteúdo

De seguida, apresentamos a análise de conteúdo das entrevistas. Estas encontram-se agrupadas por profissões, por se entender que as opiniões se interligavam neste sentido. As profissões representadas apenas por um profissional encontram-se em grupo próprio (5.3.1).

5.3.1 Engenheira e Geógrafa

Quadro n.º 2 - Caracterização dos entrevistados: engenheira e geógrafa

<u>N.º atribuído</u>	<u>Profissão</u>	<u>Função</u>
1	Engenheira	Responsável pela contratação pública
8	Geógrafa	Trabalha em Sistemas de Informação Geográfica

Conforme Quadro 2, a entrevistada n.º 1 é Engenheira, sendo que a sua função passa pela contratação pública. A entrevistada n.º 8 é geógrafa e trabalha na CML. A sua função prende-se com os Sistemas de Informação Geográfica.

5.3.1.1 Expetativas / Iniciativa

A entrevistada n.º 1, antes do curso, tinha algumas expetativas. Quando foi divulgado o curso ficou curiosa dado que não o conhecia, procurou saber mais sobre o assunto e tinha uma curiosidade elevada sobre a formação. A entrevistada n.º 8 esperava incorporar mais conhecimentos, que a ajudasse a fazer uma leitura diferente do espaço daquela que já possuía, estando mais alerta para situações de risco e de segurança, porque de acordo com a

própria, pequenas alterações do espaço público podem fazer toda a diferença, tendo essa percepção quando frequenta espaços públicos.

Foi por iniciativa própria que as duas entrevistadas frequentaram o curso CPTED.

5.3.1.2 Aspectos positivos e negativos

A entrevistada n.º 1 considera que o curso apresentou um aspeto bastante positivo: a ligação entre a componente teórica e a componente prática, i.e., considera que houve uma adaptação teórica à realidade, chegando inclusive a transmitir à empresa, que era uma solução à medida dos problemas da empresa para a qual trabalha. Já a entrevistada n.º 8 aponta como positivo a sensibilização que o curso lhe transmitiu para as questões de segurança. Era algo que ela já concordava, percebendo melhor agora a quantidade de espaços existentes, que foram desenhados e habitados com populações complicadas.

A entrevistada n.º 1 menciona que o que menos gostou foi do grupo de formandos, pelo comportamento desrespeitante de alguns, manifestando falta de interesse e que acabou por prejudicar o grupo, de forma geral. A profissional da entrevista n.º 8 considera que uma lacuna é o facto de os chefes (superiores hierárquicos) não estarem envolvidos nesta troca de conhecimentos, porque enquanto decisores e transmissores de orientações, poderiam ter mais uma ferramenta de apoio e incentivar à utilização dos mesmos.

5.3.1.3 A segurança depois do curso

O curso CPTED veio alterar a forma como ambas olham para a segurança significativamente, considerando que é essencial a segurança no desenho urbano. Transcrevendo para a realidade da entrevistada n.º 1, grande parte dos problemas de má apropriação dos moradores, têm exatamente a ver com o facto do desenho não ser adequado aos destinatários. Já a entrevistada n.º 8 complementa a opinião, afirmando que se nos sentirmos bem no espaço público, usufruímos e cuidamos dele, que no fundo é para isso que ele é desenhado.

5.3.1.4 As necessidades de formação

Na opinião da entrevistada n.º 1, as FS já deviam ter esta formação. Isto fazia com que todos falassem a mesma linguagem, facilitando a comunicação entre diferentes profissionais. Associado a esta linguagem comum, vem também a necessidade de formação base dos profissionais ligados com a projeção urbanística, onde considera valer a pena, porque são estes quem projetam e têm de ter conhecimento nesta área, dando o exemplo de que num edifício, este tem de ser projetado para as pessoas e estes conhecimentos ajudam, reforçando a opinião dizendo que, cada vez mais, devia fazer parte da formação.

A entrevistada n.º 8 considera importante a formação das FS para a criação de um grupo multidisciplinar, que permita reunir um conjunto de pontos de vista para melhor decisão do espaço público.

5.3.1.5 Uma abordagem multidisciplinar e holística

A profissional n.º 1 encontra-se sensibilizada para as questões da multidisciplinariedade. Habituada a contactos frequentes com as FS originados pela sua profissão, considera que lhes tem imenso respeito, acrescentando que a frequência neste curso reforçou em si própria a ideia de trabalhar com as FS, seja a que nível for. Quanto ao envolvimento dos destinatários, refere que na empresa onde exerce a sua profissão já existe a tradição de envolverem os moradores como destinatários dos projetos, para criar um sentimento de empatia entre os utilizadores e o espaço, evitando assim a vandalização dos bairros.

A entrevistada n.º 8 afirma que para se fazer um planeamento é preciso uma equipa multidisciplinar, ou seja, pessoas da área da sociologia, que “percebiam de pessoas”; arquitetos paisagistas, que opinem sobre o embelezamento; FS porque alertam para certas situações, transmitindo experiências relativas à área da segurança. Destaca, por fim, que para a criação deste grupo, apesar de complicado devido à diversidade de profissionais e de instituições envolvidas, seria uma questão de vontade e organização.

5.3.1.6A opinião do curso

Ambas as entrevistadas gostaram imenso do curso, referindo inclusive que gostavam de frequentar um nível mais avançado. A entrevistada n.º 1 acrescentou que o faria por entender que é um “fato à medida da nossa empresa”.

5.3.2 Sociólogos

Neste tópico, serão analisadas as entrevistas realizadas aos sociólogos. De realçar o facto de que todos os sociólogos analisados neste subcapítulo serem profissionais da Câmara Municipal de Lisboa. A função de cada entrevistado encontra-se no Quadro 3. Foram realizadas mais entrevistas a profissionais com formação em Sociologia, no entanto, foram analisados dentro do subtópico dos profissionais da Polícia Municipal de Lisboa, por se considerar que a sua opinião era semelhante aos dois Chefes que foram entrevistados.

Quadro n.º 3 - Caracterização dos entrevistados: sociólogos

<u>N.º atribuído</u>	<u>Função</u>
2	Departamento Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Projetos e Estudos Urbanos
7	Departamento de Planeamento - Divisão de Planeamento Territorial
10	Departamento de Planeamento - Divisão de Planeamento Territorial

5.3.2.1 Expetativas / Iniciativa

As expetativas foram diferentes em todos os entrevistados. O entrevistado n.º 2, já tinha tido uma ideia da CPTED através da participação de um *workshop*. O entrevistado n.º 7 afirmou que as expetativas eram razoáveis, no sentido de que a Câmara já tinha vindo a preocupar-se com a temática. Por fim, o entrevistado n.º 10 pensava que este era um curso essencialmente virado para a componente do desenho edificado e o espaço público, i.e., desenhar com vista às medidas de segurança, sobretudo planear no papel.

Quanto à iniciativa de se inscreverem no curso, os três sociólogos afirmaram o mesmo: foi proposto por via hierárquica, no entanto, tiveram interesse em inscreverem-se.

5.3.2.2 Aspectos positivos e negativos

Enquanto aspetos positivos, os entrevistados realçaram a componente prática que o curso transmitiu: os exemplos e o trabalho prático. Realçaram também o facto de juntar os profissionais da segurança, por estes terem um conhecimento muito particular dos grupos sociais mais difíceis e, que esse saber, é muito importante para o urbanista.

Por melhorar, fica a contribuição de que o CPTED vem na sequência de estudos provenientes de países norte europeus e dos EUA, necessitando ainda de adaptação à realidade portuguesa. O entrevistado n.º 10 revela ainda que, na opinião dele, deveria ser mais vocacionado para o desenho urbano, sendo esta a sua área de trabalho.

5.3.2.3 A segurança depois do curso

Dois em três profissionais afirmaram que este curso lhes veio trazer mais sensibilidade e outra preparação para lidar com as questões da segurança, dando a entrevistada n.º 7 o exemplo de que sempre olhava para as árvores de forma poética, nunca se tendo lembrado que elas podiam ser uma boa forma de ocultação ou de apoio, através de escalonamento, para a prática de um crime. É unânime a opinião de que a segurança é importante para o desenho urbano. O entrevistado n.º 2 partilha da opinião de que se conseguirmos baixar o risco de crime logo *a priori*, podemos contribuir para que uma determinada área seja mais facilmente monitorizável para as FS e utilizadores, levando a que seja mais pacífica, baixando o nível de perigosidade.

5.3.2.4 As necessidades de formação

Quando foi perguntado se existe uma necessidade de formação dos profissionais do desenho urbano, o entrevistado n.º 2, referiu que, quer para os arquitetos quer para os engenheiros, a componente da segurança urbana nunca está presente, sendo que usam mais a teoria do belo e da facilidade do uso, aludindo que era importante estes terem conhecimentos na área da segurança.

As FS deviam ter formação CPTED na opinião dos entrevistados. Consideram que há um conjunto de conhecimentos que devem ser apreendidos, para que os conceitos sejam partilhados, utilizando uma linguagem comum com semelhante interpretação.

5.3.2.5 Uma abordagem multidisciplinar e holística

Estes profissionais consideram importante o envolvimento dos destinatários. Referiram que deve ser sempre considerada através de representantes. No entanto, dois dos três referiram que em certos projetos existe uma dificuldade acrescida, pelo facto de, nem sempre se conhecer os destinatários finais.

No que respeita à criação de um grupo multidisciplinar, é geral a opinião de que deveria existir um grupo. No entanto, quanto à forma de funcionamento, as opiniões divergem. O entrevistado n.º 2 defende a criação de um gabinete especializado junto do licenciamento urbano ou na fiscalização, com preocupação para estas questões da segurança. A entrevistada n.º 7 afirma que devia ser da iniciativa da PML dar continuidade ao curso, que passassem a ter um manual de boas práticas, que funcionasse em articulação com os serviços da CML, nomeadamente o plano urbanístico que é o que está mais na retaguarda e será, portanto, mais preventivo. O último sociólogo defende a ideia da existência de uma comissão com elementos de várias instituições para articular e pôr em prática estas questões.

A entrevistada n.º 7, ao falar da autarquia referiu que esta é um gestor do espaço da cidade e que isso torna-a um parceiro inevitável e incontornável, referindo que deve ser feito um ajuste entre esta e as FS para que se consiga uma cidade mais confortável e segura.

5.3.2.6 A opinião do curso

Dois dos três sociólogos entrevistados partilham da opinião de que o curso deveria ser mais adaptado à realidade portuguesa. Já o terceiro considerou um bom curso.

5.3.3 Profissionais da PML

Nesse subtópico apresentamos a análise das entrevistas dos profissionais da PML. Conforme se faz alusão no Quadro 4, inclui-se aqui duas sociólogas a prestar serviço na PML e dois Chefes da Polícia de Segurança Pública. De destacar o facto de que a entrevistada n.º 24 ter sido a responsável pela criação do curso, tendo-o também frequentado enquanto formanda. Qualquer informação sobre o curso, que seja considerada pertinente será incluída no subtópico “Informações Adicionais”.

Quadro n.º 4 - Caracterização dos Entrevistados: Profissionais da PML

N.º atribuído	<u>Profissão</u>	<u>Função</u>
3	Socióloga da PML	Núcleo de Desenvolvimento Estratégico
4	Chefe da PSP na PML	Esquadras de Fiscalização
5	Chefe da PSP na PML	Policiamento Comunitário
24	Socióloga na PML	Núcleo de Desenvolvimento Estratégico

5.3.3.1 Expetativas / Iniciativa

Procedemos a uma distinção entre as sociólogas e os Chefes, uma vez que têm uma formação base diferente, refletindo-se nas respostas dadas. A entrevistada n.º 3 referiu que as expetativas dela passavam por compreender os termos técnicos que ainda não conhecia, os Chefes afirmaram que não tinham qualquer conhecimento do curso e que foi tudo novidade para eles. Apesar disso, o entrevistado n.º 4 afirmou que foi com agrado que teve os profissionais da Câmara como colegas neste curso, pois considera que é através deles que alguns problemas podem ser evitados, com a aplicação da CPTED. Já o entrevistado n.º 5 acrescentou que, de todas as formações que já fez, foi a que mais gostou e considerou a mais útil de complemento à sua carreira policial.

No que toca à iniciativa, todos os entrevistados foram nomeados por parte das chefias, excetuando, a impulsionadora do curso, que foi por iniciativa própria.

5.3.3.2 Aspectos positivos e negativos

Três dos quatro entrevistados da Polícia afirmaram que o que mais gostaram foi da componente prática do curso, i.e., de, no terreno, identificarem focos de insegurança e ajudarem a solucionar esses problemas. O entrevistado n.º 4 destacou o facto de receberem dicas a nível de urbanismo, que levou a formação dos polícias mais além, conseguindo elencar alguns aspetos que podiam ser corrigidos tendo assim maior abertura para falar com os profissionais do desenho urbano.

Os entrevistados com formação em Sociologia referiram que o tempo de curso poderia ser mais prolongado, referindo-se ao tempo para a apresentação final e a outra entrevistada ao tempo do curso de uma forma geral. Quanto aos Chefes, um não conseguiu identificar nada a corrigir e o outro referiu que em vez de irem só Chefes, deviam integrar também agentes, por serem estes que andam no terreno diariamente e, por isso mesmo, poderem dar um parecer mais minucioso sobre a identificação de áreas problemáticas.

5.3.3.3 A segurança depois do curso

Quando perguntados se o CPTED alterou a forma como olham para a segurança, todos os profissionais responderam que sim. O entrevistado n.º 4 afirmou que passou a usar os conhecimentos CPTED quando faz serviço no exterior, colocando-se num local que considera ser facilmente visto.

À entrevistada n.º 24 foi perguntado se considera que os profissionais da Câmara ficaram mais sensibilizados para estas questões, ao que ela respondeu que sim, permitindo-lhes refletir um pouco mais sobre a troca de experiências e a necessidade de se melhorar a comunicação mesmo dentro da câmara.

Quanto à segurança no desenho urbano, os entrevistados n.º 4 e 5, consideram “muito importante” e “importante”, respetivamente.

5.3.3.4 As necessidades de formação

Mais uma vez, a resposta entre o grupo de entrevistados foi unânime. Todos consideram importante terem formação nesta área. A entrevistada n.º 3 refere que deve ser

dada no mesmo sistema de aprendizagem, ou seja, com os diferentes profissionais do desenho urbano integrados no mesmo grupo. O entrevistado n.º 5 refere que deve ser um assunto abordado na formação base das polícias, para todos terem noção de que existe a CPTED. Posteriormente, fazer uma especialização àqueles que venham a trabalhar nesta área.

Relativamente aos cursos de arquitetura, consideram que devia contemplar a CPTED na formação de base, i.e., na universidade.

5.3.3.5 Uma abordagem multidisciplinar e holística

No que respeita ao envolvimento dos destinatários nos projetos, todos consideram muito pertinente a participação, porque são estes quem conhece melhor o território, são quem utiliza o espaço público. A sua participação numa fase de planeamento é, segundo o entrevistado n.º 5, uma forma de criar empatia entre os utilizadores e o espaço público, levando a uma menor ou inexistente vandalização.

Quanto à criação de um grupo multidisciplinar, mais uma vez, a opinião é unânime: é bastante útil para as questões da segurança nos espaços públicos. O entrevistado n.º 5 acrescenta ainda que noutros países o parecer da polícia é vinculativo, no entanto, considera que ouvir um parecer por parte das FS, mesmo que informativo, já ia resultar numa mais-valia para um espaço público.

5.3.3.6 A opinião do curso

Todos os entrevistados têm uma opinião geral do curso bastante positiva. A entrevistada n.º 3 refere que valeu a pena, para haver uma melhoria do território e para aumentar o sentimento de segurança. O n.º 4 vem transmitir a ideia de que toda a gente devia ter este tipo de conhecimentos, inclusive “o pessoal que anda na rua”. O n.º 5 reforça que foi a formação que mais o complementou, a nível pessoal, que teve até hoje. O n.º 24 encara-o como sendo uma excelente forma de sensibilizar e de preparar os técnicos da autarquia para uma nova forma de ver o planeamento urbano.

5.3.3.7 Informações adicionais

O objetivo deste curso para a entrevistada n.º 24 também é estabelecer a ponte entre a polícia e a comunidade. Para isso, começa por fazer a ligação entre a instituição PML e CML, com vista à implementação destes conhecimentos em prol da comunidade.

Quando questionada sobre o que se fazer a partir de agora, a mesma entrevistada referiu que o que faz sentido a partir de agora é operacionalizar: estudar o conjunto de pessoas que têm o curso CPTED e avançar para um grupo de trabalho com uma base prática. Esse grupo seria uma espécie de página em branco, onde cada um opinaria sobre como deveria funcionar o grupo. Para promover esta iniciativa referiu ainda a possibilidade de se realizar um *Workshop*, sensibilizar universidades e polícias para começarem a incluir a CPTED nas formações e levar outras autarquias a ter o mesmo tipo de iniciativas.

5.3.4 Arquitetos

Conforme se pode observar em Quadro 5, neste conjunto de profissionais, encontram-se dois arquitetos com formações mais específicas: iluminação e acessibilidade cujos contributos constituíram uma mais-valia quer para a formação, quer para este trabalho, através da ilustração de exemplos.

Quadro n.º 5 - Caraterização dos entrevistados: arquitetos

N.º atribuído	Função
6	Departamento Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Projetos e Estudos Urbanos
14	Direção Municipal de Ambiente Urbano - Divisão de Iluminação Pública
17	Departamento Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Projetos e Estudos Urbanos
18	Departamento de Planeamento - Divisão de Planeamento Territorial
22	Pelouro dos Direitos Sociais - Equipa de Projeto do Plano de Acessibilidade Pedonal
23	Assessoria Política do Partido “Pessoas, Animais e Natureza”, anteriormente na PML

5.3.4.1 Expetativas / Iniciativa

Quatro dos seis entrevistados afirmaram que não tinham grandes expetativas, por não terem conhecimento da CPTED. Os restantes tinham como expetativas tentar perceber de que forma o projeto podia influenciar comportamentos e o facto de abordar um conjunto de aspetos sobre a segurança, bem como diferentes formas de olhar o espaço para conseguir melhores níveis de segurança para os utentes.

Quando questionados sobre a iniciativa de integrarem o curso, apenas uma revelou que foi inscrita, mas que apesar disso, foi com agrado à formação.

5.3.4.2 Aspetos positivos e negativos

Metade dos entrevistados, i.e., quatro dos seis entrevistados realçaram o facto de ter havido uma componente bastante prática, através da elaboração de um projeto com ida ao terreno, como sendo bastante positivo. Para além disso, consideram positivo ter saído do curso com um olhar mais crítico para as questões de segurança. O curso forneceu-lhes um conjunto de ferramentas sistematizadas e úteis para as funções que desempenham.

As opiniões foram mais divergentes quando perguntados sobre os aspetos negativos. Dois entrevistados consideram que deviam ser introduzidos mais projetos práticos. Os restantes dividem as suas opiniões entre: concretizar um projeto completo, isto é, fazer a identificação dos problemas de um espaço, propor aquilo que consideram que vai solucionar, implementar e ver os resultados; o entrevistado n.º 14 considera que os exemplos utilizados na parte prática foram demasiado básicos e rudimentares, ou seja, na sua opinião, foi como pegar numa solução pré-concebida e aplicar, quando poderiam ser dadas ideias originais; foi também referido que os filmes mostrados durante o curso não correspondem à realidade portuguesa. De realçar que houve um entrevistado nesta amostra que não conseguiu especificar nada de negativo.

5.3.4.3 A segurança depois do curso

Mais uma vez, de forma geral, a amostra dos entrevistados afirmou que o curso CPTED alterou a forma de olhar para a segurança, acrescentando que enquanto utilizadores

do espaço público, começaram a reparar em situações que, sem grandes gastos, poderiam desenvolver soluções com melhorias. A única pessoa que não partilha do mesmo pensamento, alegou ainda não ter realizado um projeto desde que terminou o curso, não podendo afirmar que lhe tenha trazido mais sensibilidade por ainda não o ter posto em prática.

Quanto à importância do desenho urbano, cinco dos seis entrevistados referiram que a segurança tem uma importância significativa para o desenho urbano. O entrevistado n.º 22, no entanto, referiu que atribui à segurança a mesma importância que a acessibilidade, o conforto e a funcionalidade, por exemplo, porque um espaço, na sua opinião, tem de ser coerente, terminando a resposta à pergunta com a seguinte frase: “Mas sim, é fundamental a segurança.”.

5.3.4.4 As necessidades de formação

Uma vez mais, quando questionados sobre a necessidade de formação dos profissionais, sejam eles os arquitetos ou os polícias, a opinião foi unânime em afirmar que todos os profissionais deveriam ter formação nesta área.

No entanto, no que respeita ao “porquê”, as opiniões divergem. Relativamente à formação para as Forças de Segurança, afirmam que devem ter, por ser uma ferramenta que lhes permite ter a mesma linguagem, facilitando a comunicação. A entrevistada n.º 23 considera que seria importante terem este tipo de formação ou qualquer outra formação se, o que for ensinado, for utilizado na prática.

Relativamente a estes conceitos serem dados na formação base dos arquitetos, justificam dizendo que são conceitos que estão implícitos na sua formação, mas que importa realçar e dar a conhecer como sendo “CPTED”. Apenas o entrevistado n.º 22 complementa dizendo que se dessem a conhecer os conceitos como sendo um assunto explícito e claro, seriam evitados alguns erros elementares de projeção urbana.

5.3.4.5 Uma abordagem multidisciplinar e holística

Quanto ao envolvimento dos destinatários com o projeto, os arquitetos dizem já ser prática envolver os destinatários sempre que possível nos projetos. De destacar a opinião do

entrevistado n.º 2, quando menciona que “... a apropriação do espaço pelas pessoas é fundamental. Se as pessoas sentirem que contribuíram de alguma forma para que aquele espaço seja da forma que é, eles vigiam o espaço, cuidam do espaço, tendem a querer que aquele espaço funcione...”

Quando questionadas as opiniões sobre a existência de um grupo multidisciplinar que aborde as questões da CPTED, 100% da amostra concorda com a ideia. No entanto, e à semelhança de grupos profissionais anteriores, divergem na opinião de como deveria funcionar esse grupo. A entrevistada n.º 6, apesar de concordar, afirma que a parte prática não é viável, por já serem diversos os pareceres que têm de ser dados para que um projeto seja aprovado, incluir mais um (o das FS), não seria o mais viável. O entrevistado n.º 14, refere que é o mais favorável possível à interdisciplinaridade, alegando que o modo de funcionamento do grupo deveria ser flexível com o tipo de projeto que se tem em mão, concluindo que o grupo devia funcionar “antes, durante e depois, porque as coisas são sempre passíveis de serem melhoradas.” A entrevistada n.º 17 alega que devia de existir profissionais da PML, com o curso CPTED, que estivessem em permanência na CML, i.e., mais uma pessoa a contribuir para o desenvolvimento da proposta urbana. A entrevistada n.º 18 refere a criação de um grupo com uma determinada periodicidade de, por exemplo, uma vez por mês, cada um trazia um contributo prático para determinado projeto. O entrevistado n.º 22 concorda com a criação do grupo, não sabendo em concreto sobre que moldes deveria funcionar. Como última opinião destes profissionais, a entrevistada n.º 23, alega que esse grupo deveria ter sido criado logo com a conclusão do curso CPTED, com a junção de profissionais da PML e da CML, todos com espírito de abertura, onde deveriam ser discutidos, sobretudo, os maiores projetos urbanos da cidade.

5.3.4.6A opinião do curso

A opinião sobre o curso foi, de forma geral, positiva. De destacar a opinião da entrevistada n.º 6, que refere o facto de, por ter sido uma formação multidisciplinar permitiu gerar uma série de discussões que “a despertou para uma série de coisas.”

5.3.4.7 Informações adicionais

Ao entrevistado n.º 14, por desempenhar funções na Divisão de Iluminação Pública, foi perguntado qual a importância que atribui à iluminação para a segurança, ao que respondeu que “é uma importância fulcral (...) trata-se de vermos ou não vermos e logo aí, tem uma importância muito grande.” Acabando por referir que, a sua distribuição e intensidade também tem influência na segurança de um espaço. Relativamente à tecnologia LED, ele refere ser uma boa tecnologia e que apesar de ter um investimento inicial muito elevado, posteriormente tem um consumo energético muito inferior às restantes iluminações, acabando, sob condições ideais, por compensar.

Quando perguntado sobre a mais-valia da CPTED para a acessibilidade, o profissional da área respondeu que a CPTED na acessibilidade pedonal é importante porque as pessoas com deficiência, normalmente são mais vulneráveis para as questões da segurança, dando o exemplo de um indivíduo com mobilidade reduzida ou invisual, com dificuldades acrescidas para levantarem dinheiro. Assim, considera que estas pessoas devem estar protegidas pelo meio urbano, estarem mais vigiadas ou apoiadas. Concluiu a questão, afirmando que a CPTED facilita bastante a mobilidade e conforto destas pessoas.

5.3.5 Arquitetos Paisagistas

No que respeita aos arquitetos paisagistas, foram entrevistados nove profissionais, a exercer funções na CML. As suas funções encontram-se enumeradas no Quadro 6.

Quadro n.º 6 - Caracterização dos entrevistados: arquitetos paisagistas

<u>N.º atribuído</u>	<u>Função</u>
9	Departamento de Construção e Manutenção de Equipamentos - Divisão de Projeto de Equipamentos
11	Departamento de Ambiente e Espaço Público - Divisão de Construção de Espaços Verdes e Gestão de Espaço Público
12	Departamento de Ambiente e Espaço Público - Divisão de Construção de Espaços Verdes e Gestão de Espaço Público
13	Manutenção de Espaços Verdes
15	Unidade de Coordenação Territorial - Unidade de Intervenção Territorial Centro
16	Unidade de Coordenação Territorial. Divisão de Planeamento e Coordenação

19	Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Reabilitação Urbana
20	Departamento Planeamento - Divisão de Planeamento Territorial
21	Unidade de Coordenação Territorial - Unidade de Intervenção Territorial Centro

5.3.5.1 Expetativas / Iniciativa

As expetativas do curso por parte destes profissionais foram divergentes. Três dos profissionais alegaram que as expetativas do curso se relacionavam com conhecer o conceito que, até ao momento da formação, lhes era desconhecido e que não é aplicado em Portugal. Outros tantos, responderam que as expetativas seria aprofundar os conhecimentos, visto que já era do conhecimento empírico de alguns os conceitos presentes, embora que indiretamente, pela formação académica dos mesmos. Os três entrevistados restantes alegaram que as expetativas se prendiam com a criação de mais segurança dos espaços nos projetos. O entrevistado n.º 15 tinha expetativas elevadas, por trabalhar em contacto com áreas problemáticas.

Relativamente à iniciativa, todos os entrevistados responderam que foi própria.

5.3.5.2 Aspectos positivos e negativos

A questão prática trabalhada nesta iniciativa, foi o aspeto que mais arquitetos paisagistas consideraram como positivo da formação, com quatro entrevistados a transmitir essa opinião. Dois afirmaram que gostaram de tudo, de uma forma generalista e outros dois afirmaram que a multidisciplinaridade da formação permitiu trazer diferentes pontos de vista do território, fazendo disso um complemento enorme na formação. O entrevistado n.º 20 gostou da sistematização que o curso veio transmitir, permitindo-lhe resolver questões que sempre abordou de forma empírica.

O aspeto negativo que mais entrevistados apontaram foi a ausência de exemplos portugueses, referindo que a grande maioria eram de países nórdicos ou dos EUA. Um acrescentou ainda que apesar disso reconhece não existirem em Portugal exemplos que possam ilustrar a implementação CPTED. De seguida, dois entrevistados alegaram não ter nada a apontar. Os restantes aspetos negativos referidos prendem-se com a metodologia apresentada, com o facto de a formadora ter mais conhecimento do que aquele que

transmitiu, a não criação de um grupo depois do curso que dê continuidade à formação, bem como a ideia de que a CPTED pode ser usada como uma ferramenta, mas que não é uma solução mágica para todos os problemas.

5.3.5.3A segurança depois do curso

Quando questionados se o curso CPTED veio alterar a forma como olha para as questões da segurança, seis afirmaram que sim, porque o curso lhes veio transmitir novos conhecimentos que podem ser postos em prática e que ficaram mais atentos para questões diárias que podem ser resolvidas. Dois entrevistados, de forma mais hesitante, responderam que sim, no entanto consideram que já antes do curso estavam atentos às questões da segurança e que a formação só veio aprofundar ligeiramente e avivar os conhecimentos. O entrevistado n.º 16 declarou que não lhe veio trazer mais sensibilidade, alegando posteriormente que tem familiares ligados à área da segurança e que, como tal, considera que já se encontrava sensibilizado.

Quando questionados sobre qual a importância que atribuem à segurança no desenho urbano, todos responderam que consideram “importantíssimo” ou “muito importante”, ou “importante”. Relativamente às justificações para essa pergunta, cinco entrevistados deram o exemplo que, sem a segurança um espaço não é frequentado pelos utilizadores e torna-se inútil.

5.3.5.4As necessidades de formação

Quando se aborda as necessidades de formação dos arquitetos, todos os entrevistados referem que consideram pertinente terem formação em CPTED, salientando as entrevistas n.º 13 e 15, onde referem, respetivamente, que é importante as pessoas perceberem estas abordagens para que o espaço se torne minimamente seguro e que noções gerais, toda a gente devia ter, evoluindo posteriormente para uma formação mais específica.

Sobre a necessidade de formação dos profissionais das FS, este grupo de entrevistados tem uma opinião unânime ao responder que sim. A entrevistada n.º 15 mantém a mesma opinião quanto às formações dos arquitetos, i.e., devem ter conhecimentos gerais durante a formação base, evoluindo depois para conhecimentos mais específicos para

aqueles profissionais que forem trabalhar nesta área. A entrevistada n.º 21 justifica, afirmando que é importante cada profissional conhecer o trabalho um do outro e complementarem-se, criando assim, também, uma linguagem comum entre eles.

5.3.5.5 Uma abordagem multidisciplinar e holística

Quando questionados sobre o envolvimento dos destinatários, sete dos nove entrevistados consideraram ser uma prática muito importante, importante ou positiva. No entanto, apesar de não terem dito que era uma prática importante, dois entrevistados referiram já existir essa prática atualmente em Portugal, sendo ressalvado por outro entrevistado que, nem em todos os projetos é possível haver uma integração das opiniões dos utilizadores no projeto. Apesar disso, deve existir a partilha de opiniões em todos os projetos de menor dimensão, *e.g.*, construção de bairros ou parques.

No que se refere à criação de um grupo multidisciplinar que aborde as questões de segurança, 100% dos entrevistados partilha da opinião de que um grupo desses seria uma mais-valia e vê-o com bons olhos. Porém, e à semelhança dos grupos profissionais anteriores, quando confrontados com a forma de trabalho, as opiniões divergem. A grande maioria considera que deve ser um grupo de trabalho mais informal, do género de um consultório, com voluntários, que sirva para uma troca de experiências. De realçar que o entrevistado n.º 11 refere que essa troca de conhecimentos não acontece e que, em Portugal, cada um trabalha no seu canto, o que é uma grande lacuna.

5.3.5.6 A opinião do curso

Todos os profissionais consideraram esta formação positiva, dividindo-se as suas respostas entre “considero que foi útil”, “considero importante” e “é importante”. Demonstrando assim uma imagem bastante agradável da formação que frequentaram.

5.4 Análise dos locais intervencionados ou por intervencionar

5.4.1 Zona da Bica

Este exemplo foi cedido pelo responsável da iluminação pública na zona da Bica, Lisboa, na altura da entrevista



Figura n.º 5 - Zona da Bica antes da intervenção



Figura n.º 6 - Zona da Bica depois da intervenção

Como se pode observar nas Figuras 5 e 6, trata-se de uma instalação de iluminação pública antiga (vapor de sódio de alta pressão) que foi reformulada para uma solução LED.

Antes desta intervenção existiam queixas dos moradores, para além de atos de vandalismo nos equipamentos de iluminação pública pelo que, após intervenção, “a quantidade de queixas reduziu, bem como os atos de vandalismo”.

Os diferentes estágios da intervenção podem ser descritos da seguinte forma:

Constrangimentos antes da intervenção

- Sistema ineficiente em termos lumínicos e energéticos
- Lanternas obsoletas (25-30 anos), sem intervenção em termos estruturais desde a sua instalação

- Sistema de iluminação a vapor de sódio a alta pressão
- Consolas muito degradadas
- Necessidade de reforço de pontos de luz de modo a garantir a uniformidade dos arruamentos e principalmente em zonas de escadas – 57 pontos de luz existentes e reforço de 30 pontos

Intervenção/Obra

- Reforço dos pontos de luz (mais 30 consolas e lanternas)
- Beneficiação e adaptação das consolas existentes para a instalação da lanterna com tecnologia LED
- Substituição das lanternas existentes de vapor de sódio de alta pressão por lanternas de tecnologia LED, com benefícios em termos da redução da fatura energética, aumento dos níveis lumínicos e redução dos custos de manutenção, a médio e longo prazo

Resultados

- Manteve-se a mesma consola e forma da lanterna tipo Lisbonense, respeitando, desta forma, as características do local
- Aumento substancial dos níveis lumínicos

Redução da potência instalada em 51%

- Potência antes da intervenção = 9.490W
- Potência depois da Intervenção = 4.698W

5.4.2 Avenida Duque de Ávila



Figura n.º 7 - Avenida Duque de Ávila depois da intervenção

A reabilitação deste espaço trouxe melhorias significativas para os moradores e transeuntes, num local que os privilegia, conforme demonstra a Figura 7. Trata-se de uma intervenção bastante morosa, onde o peão assume um papel principal no meio urbano, constituindo um exemplo CPTED, apesar da intervenção não ter sido orientada por esta abordagem. Verificamos assim que a CPTED resulta, como já foi referido, do bom senso para tornar os espaços mais confortáveis e seguros para os indivíduos que utilizam os percursos pedonais. Esta situação exemplar encontra-se ilustrada também no fascículo 7 da publicação: Política de Cidades, DGOTDU, 2013.

5.4.3 Jardim de Santos



Figura n.º 8 - Jardim de Santos antes da intervenção



Figura n.º 9 - Jardim de Santos depois da intervenção



Figura n.º 10 - Jardim de Santos antes da intervenção



Figura n.º 11 - Jardim de Santos depois da intervenção

Como podemos verificar, pelas Figuras 8, 9, 10 e 11, nesta remodelação, houve uma aposta na manutenção, na desobstrução dos campos de visão e dos obstáculos que resultaram da degradação do espaço. Para os indivíduos com mobilidade reduzida, torna-se agora mais fácil circular neste espaço. As cadeiras de rodas têm maior facilidade para circular também sendo o pavimento mais regular.

Quando questionámos os utilizadores sobre “qual a sua opinião sobre este local?”, de forma geral, os utilizadores consideraram que o espaço está melhor e que aquelas medidas vieram eliminar substancialmente a sujidade, apesar de ser normal por causa dos frequentadores da noite. No entanto, apontam como defeito, a falta de verdura, alegando que “passou a ser um descampado com árvores.”

5.5 Conclusões

Como podemos observar pelo Quadro 7, grande parte dos profissionais, embora lidando com o planeamento do espaço público, não conheciam a CPTED, dado que, quando foram questionadas sobre as expectativas, 11 entrevistados afirmaram desde logo não conhecerem o conceito, no entanto verificamos ser esta a maioria das respostas. Grande parte dos profissionais (20) foi por iniciativa própria à formação. Quanto aos aspetos positivos, 12 entrevistados destacam a parte prática, demonstrando que esta foi a grande vantagem do curso. Quanto aos aspetos negativos, mencionaram a falta de adaptação da CPTED à realidade portuguesa, com um total de 6 respostas. Todos os profissionais afirmam que as FS deveriam ter formação CPTED e 22 afirmam que os restantes também deveriam ter esta formação nos programas universitários ou, *a posteriori*. Quanto à criação de um grupo multidisciplinar, 100% dos entrevistados concordaram, divergindo depois as opiniões sobre como o grupo deveria de funcionar. Este curso veio também alterar a forma como estes profissionais olham para a segurança, com 20 respostas afirmativas. 16 afirmam que a segurança no desenho urbano é “importante”, “muito importante” ou “importantíssima” pois, de forma geral, sem ela os espaços não são frequentados. O envolvimento dos destinatários é um aspeto considerado importante. Assim podemos constatar que, das entrevistas os formandos apenas não conseguiram ainda implementar as orientações da CPTED nos projetos urbanísticos. Talvez se existissem orientações superiores para a abordagem CPTED, este obstáculo fosse ultrapassado.

Relativamente aos locais, podemos concluir que as intervenções melhoraram significativamente a imagem e a qualidade de vida dos moradores. Apesar de ser uma intervenção que não foi planeada com os princípios CPTED, conseguimos perceber que estes estão presentes e foram contemplados, sendo a vigilância natural o mais privilegiado. Nem sempre os locais a conceber ou reabilitar dão primazia aos mesmos princípios, i.e., noutros contextos, podem ser a manutenção, reforço territorial ou o controlo natural de acessos, um dos princípios mais significativos para determinada situação. No entanto, apesar destas vantagens, consideramos que se fossem implementados todos os princípios da CPTED, com tal consciência, as vantagens a tirar seriam ainda mais significativas.

Cabe lembrar que não existem soluções universais com os mesmos resultados, porque as variáveis que interferem neles são bastantes. No entanto, o envolvimento das FS, dos destinatários e a história dos locais assumem um papel fundamental em todo o processo de uma gestão de um espaço público confortável para os destinatários.

Quadro n.º 7 - Análise do conteúdo das entrevistas

	<u>Expetativas</u>	<u>Iniciativa</u>	<u>Melhor</u>	<u>Pior</u>	<u>Forma olhar seg.</u>	<u>Seg. no Desenho Urbano</u>	<u>Opinião</u>	<u>Formação dos profissionais</u>	<u>Formação das FS</u>	<u>Sensibilidade. c/ outras inst.</u>	<u>Criação grupo multidisciplinar</u>	<u>Destinatários</u>
1	Desconhecia	Sim	Prática	Grupo	Sim	Muito Importante	Muito útil	Sim	Sim	Sim	-----	Já envolvem
2	Workshop	Sim	Prática	Muito tempo	Sim	Muito Importante	Bom curso	Sim	Sim	Não	Sim	Positivo
3	Desconhecia	Não	Prática	Pouco tempo	Sim	NR	Útil	Sim	Sim	Não	Sim	Importante
4	Desconhecia	Não	Participar urbanismo	Nada	Sim	Muito Importante	Útil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sempre
5	Desconhecia	Não	Prática	Ir agentes	Sim	Importante	Muito útil	Sim	Sim	Sim	Sim	Muito importante
6	Constrangimentos	Sim	Prática	Adaptado	Sim	Muito Importante	Gostou muito	Sim	Sim	Sim	Sim	Importante
7	Razoáveis	Sim	Multidisciplinaridade	Adaptado	Sim	Importante	Adaptado	-----	Sim	Sim	Sim	Positivo
8	Mais conhecimento	Sim	Sensibilizar-se	Ir chefias	Sim	Essencial	Gostou muito	Sim	Sim	NR	Sim	Importante
9	Correspondeu	Sim	Prática	Metodologia	Sim	Muito Importante	Útil	Sim	Sim	Sim	Sim	Muito importante
10	Que fosse mais virado desenho	Sim	Estatísticas	Muito policial	NR	Importante	Adaptado	NR	Sim	Sim	Sim	Fundamental
11	Desconhecia	Sim	Prática	Formadora	Sim	NR	-----	Sim	Sim	Sim	Sim	Importante
12	Com experiência	Sim	Prática	Adaptado	Sim	Total	Importante	Sim	Sim	Sim	Sim	Importante
13	Desconhecia	Sim	Tudo	Dinâmica	Sim	Importante	Útil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sempre
14	Mais segurança	Sim	Sensibilizar-se	Soluções pré-concebidas	Sim	Importante	Correu bem	Sim	Sim	Sim	Sim	-----
15	Elevadas	Sim	Multidisciplinaridade	Adaptado	Sim	Importante	Importante	Sim	Sim	Sim	Sim	Já envolvem
16	Desconhecia	Sim	Tudo	Adaptado	Não	Muito Importante	Gostou imenso	Sim	Sim	Não	Sim	Positivo
17	Desconhecia	Sim	Sistematizado	NR	Sim	NR	Útil	Sim	Sim	Sim	Sim	NR
18	Desconhecia	Sim	Sistematizado	Mais prática	Sim	Importante	Útil	Sim	Sim	Sim	Sim	NR
19	Consolidar ideias	Sim	Multidisciplinaridade	Soluções pré-concebidas	Sim	Muito Importante	Gostou	Sim	Sim	Sim	Sim	Já envolvem
20	Mais segurança	Sim	Sistematizado	Nada	Sim	Importantíssima	Gostou	Sim	Sim	Não	Sim	Importante
21	Consolidar ideias	Sim	Prática	Nada	Sim	Muito Importante	-----	Sim	Sim	NR	Sim	Importante
22	Desconhecia	Sim	Prática	Projeto real	NR	Fundamental	Gostou	Sim	Sim	Sim	Sim	Já envolvem
23	Desconhecia	Não	Prática	Mais prática	Sim	Imensa	Útil	Sim	Sim	Não	Sim	Importante
24	Estabelecer a ponte entre instituições	Sim	Prática	Pouco tempo	-----	-----	Excelente forma sensibilização	Sim	Sim	Sim	Sim	Importante

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1 Introdução

O presente capítulo procura concluir a investigação, através da resposta às perguntas derivadas e de partida, bem como fazer a validação/refutação das hipóteses.

6.2 Resposta às perguntas derivadas e verificação de hipóteses

Após realização do trabalho de campo e respetiva análise, procedemos à resposta das perguntas derivadas e consequente avaliação das hipóteses de investigação.

Relativamente à primeira pergunta derivada, **“Em que medida os profissionais do desenho urbano contemplam as questões da segurança nos projetos urbanísticos?”**, tínhamos respondido através da hipótese n.º 1 **“A formação CPTED contribuiu para sensibilizar os profissionais do desenho urbano para uma construção preventiva.”**. Nesta fase, estamos aptos a validar esta hipótese. Após a análise de conteúdo da respetivas entrevistas, nomeadamente à pergunta **“considera que o curso CPTED veio alterar a forma como olha para as questões da segurança?”**, verificamos que 83% (20) dos entrevistados responderam positivamente. Assim, concluímos que o curso veio sensibilizar os profissionais da conceção dos espaços públicos.

Respeitante à pergunta derivada n.º 2, **“Qual a importância para estes profissionais de trabalhar em parceria com as Forças de Segurança (PML)?”**, foi respondido com a hipótese n.º 2 **“A experiência das FS tem sido uma mais-valia para o desenvolvimento dos projetos urbanísticos, trabalhando em multidisciplinaridade.”**. Esta hipótese foi refutada, através da análise do conjunto de entrevistas, mais especificamente, no desenrolar das respostas. Atualmente em Portugal, apesar de já ter sido ministrada formação aos vários profissionais há mais de um ano, não houve uma incorporação desses conhecimentos numa

componente pragmática, não havendo também a criação de um grupo multidisciplinar com a finalidade de agregar o conhecimento dos diferentes profissionais.

6.3 Resposta à pergunta de partida

Nesta fase, estamos aptos a responder à nossa questão de partida: **“Qual a importância dada à segurança por parte dos formandos, na conceção do espaço público?”** Depois de entrevistados todos os profissionais, concluímos que atribuem grande importância à segurança no espaço público. Quando questionados sobre “Qual a importância que atribui à segurança no desenho urbano?”, foi comum ouvirmos respostas no sentido de “é importante”, “é muito importante” e “importantíssima”. Apenas 3 entrevistados não responderam a esta questão, sendo que obtivemos resposta positiva de 20 entrevistados. As justificações apontam no sentido de que se um espaço não possuir condições mínimas de segurança, ele não é frequentado pela população para a qual o projeto foi pensado. Ora, um espaço (público ou privado), tem como finalidade última a utilização por parte dos destinatários. Concluímos então que um espaço sem segurança torna-se inútil ou no pior dos cenários, é-lhe conferido um uso ou função diferente da planeada. Não houve um entrevistado que fosse contra estes conceitos. Apesar disso, houve quem complementasse que a segurança deve estar ao nível de outras características, como a acessibilidade e o conforto.

6.4 Reflexões finais

A conceção ou gestão do espaço público é da responsabilidade da autarquia que deve dotar-se de instrumentos com vista à satisfação das necessidades dos destinatários, que procuram espaços seguros e confortáveis. A segurança, normalmente da responsabilidade das FS dificilmente pode ser garantida quando os crimes já ocorreram. A CPTED consegue prevenir a ocorrência de comportamentos desviantes ou criminais através de uma abordagem integrada e sustentável.

O papel das FS não é facilitado quando chegam ao local do crime. As FS deveriam chegar ao local antes da ocorrência do crime ou de comportamentos indesejados, evitando que as características físicas facilitem ou promovam estes comportamentos. Integrar as

opiniões dos elementos das FS nos projetos urbanísticos conduz, sem dúvida, a uma prevenção mais eficaz.

A CML, sendo pioneira em Portugal ao apostar na formação CPTED para os profissionais de várias áreas, para além de promover a comunicação interdepartamental através de uma linguagem comum sobre um tema que é da responsabilidade de todos, assumida agora como tal: a segurança, desencadeou a possibilidade de reconhecer a importância do papel das FS nos projetos urbanísticos futuramente, o que pode dar também mais confiança aos próprios projetistas.

A CML tem 40 profissionais com formação CPTED, contando já com profissionais da Polícia Municipal. A formação foi considerada desde útil a muito útil pelos 24 entrevistados.

De acordo com a opinião dos formandos, os cursos de todos estes profissionais deveriam integrar a abordagem CPTED, bem como deveria também ser constituído um grupo onde estes formandos pudessem partilhar experiências, dúvidas e sugestões, apesar do formato do grupo não encontrar unanimidade nos entrevistados.

Na resposta à questão de partida, verificámos que a segurança foi considerada fundamental na conceção e gestão do espaço público e pensam nela de uma forma mais estruturada desde a formação. Consideraram as opiniões dos elementos das FS muito interessantes e relevantes para os projetos, apesar de não terem solicitado a colaboração destas nos projetos, por falta de tempo, por se encontrarem geograficamente distanciados ou por não realizarem projetos desde a formação CPTED. As visitas aos locais foram consideradas como bastantes úteis e necessárias, bem como a constituição de equipas multidisciplinares.

Os aspetos a melhorar referem-se aos exemplos internacionais que podem ter pouca aplicabilidade no contexto nacional, apesar dos exemplos nacionais serem praticamente inexistentes.

6.5 Sugestões e Recomendações

Sugerimos o investimento numa formação na área CPTED aos militares da GNR, para posterior criação de uma Secção de Prevenção Criminal dentro de cada Comando, que trabalhe junto das Câmaras Municipais, aconselhando na modificação/criação de espaços públicos, para os tornar mais seguros.

Aconselhamos a criação de um grupo ou programa especial que, à semelhança daquilo que acontece no Reino Unido, ajude, informe e aconselhe os cidadãos com um conjunto de boas práticas e conhecimentos de como prevenir a criminalidade.

Dando continuidade ao raciocínio presente nas considerações finais e com base nas respostas dos 24 entrevistados recomenda-se o seguinte:

- a constituição de um grupo CPTED que integre os formandos já com esta formação para partilhar ideias, experiências, dúvidas ou sugestões;
- a sensibilização dos quadros dirigentes para a CPTED promovendo assim a partilha de conhecimento;
- maior aproximação às FS, quer seja através de um elemento que poderia servir de ponto de contato entre os projetistas ou outros profissionais e FS, no sentido de facilitarem a integração das opiniões destes elementos nos projetos antes que os problemas assumam proporções que requerem um maior investimento;
- a aplicação destes conhecimentos logo após a formação para não “caírem no esquecimento” esta situação confirmou-se também com o tempo que decorreu entre a formação e a entrevista.

“Justifica-se o investimento na CPTED porque é afinal de contas, a abordagem mais fiável e comprovada para alcançar o objetivo que conjuga a segurança com as decisões do desenho urbano” (Atlas, 2008, p.5).

Referências bibliográficas

Obras literárias

- Atlas, R. (2008). *21st Century Security and CPTED: Design for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention*. Florida: CRC Press.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bondaruk, R. L. (2008). *A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano*. Curitiba: Do autor.
- Cerqueira, H. R. (2012). *A freguesia de Campelo e a criminalidade de rua*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, Lisboa: Academia Militar.
- Clarke, R. V., & Felson, M. (2008). *Routine Activity and Rational Choice: Advances in Criminological Theory* (Vol. Vol. 5). New Jersey: Transactions Publishers.
- Crime Prevention Unit, SA. (2005). *CPTED Essentials - Crime Prevention through Environmental Design: participant workbook*. Adelaide: Crime Reduction Section - South Australia Police.
- Crowe, T. D. (1999). *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*. Boston: Butterworth-heinemann.
- Delgado, C. M. (1998). *Cenário do delito*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- DGAI. (2013). *A Prevenção criminal através do espaço construído*. Lisboa: Direção Geral da Administração Interna.
- Fernandes, D. F. (2010). *Urbanismo e Segurança Contributos da Conceção, Manutenção e Utilização do Espaço para a Prevenção Criminal. Uma abordagem ao bairro da*

- Bela Vista, em Setúbal*. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, E. J. (1997). *Segurança e Sustentabilidade: Processos urbanos e criminalidade na cidade do Porto do século XX*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre, Porto: Universidade do Porto.
- Ferreira, E. C. (2013). *Segurança e prevenção da criminalidade em espaços públicos: A dialética proativa entre o desenho e o uso seguro*. Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor, Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- Foddy, W. (1993). *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*. Oeiras: Celta Editora.
- Freitas, L. P. (2011). *Influência do desenho urbano na insegurança da cidade: Uma proposta para o bairro da Cova da Moura*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Lisboa: Principia.
- Jeffery, C. R. (1977). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, California: Sage.
- Kelling, G. L., & Coles, C. M. (1996). *Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities*. Nova Iorque: Touchstone.
- LNEC. (2007). *Metrópoles Seguras: Bases para uma intervenção multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*. Lisboa: I & D Edifícios.
- Machado, P., Neves, A. V., Almeida, C., Esteves, N., Vilares, E., & Rosa, F. (fevereiro de 2011). *Portal da Política de cidades*. Obtido em 24 de junho de 2015, de Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano. A prevenção do crime através do espaço construído:
http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/serie_polis/Documents/serie_politica%20de%20cidades_7.pdf
- Michener, J. (2012). *Neighborhood Disorder and Local Participation: Examining the Political Relevance of "Broken Windows"*. New York: Springer Science + Business Media.

- Monteiro, M. M. (2012). *O papel das Polícias Municipais na prevenção do crime*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, A. J. (2011). *Arquitectura e Urbanismo como factores de Segurança Pública: Crime Prevention through Environmental Design CPTED*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Saraiva, M. M. (2008). *Planeamento e conceção dos espaços públicos na óptica da prevenção da criminalidade*. Relatório de Projeto submetido para satisfação parcial dos requisitos de mestre, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Serrano, C. I. (2011). *A contribuição do desenho urbano para a saúde física e mental das pessoas: Metodologias para conceber a cidade*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, Lisboa: Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa.
- Silva, C. V. (2014). *A Arquitetura ao serviço da diversidade: Olhares paralelos entre Portugal e o Brasil*. Tese apresentada para obtenção do grau de doutor, Lisboa: Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa.
- Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2009). *Making Public Places Safer: Surveillance and Crime Prevention*. New York: Oxford University Press.
- Wortley, R., & Mazerolle, L. (2011). *Environmental Criminology and Crime Analysis*. New York: Routledge.

Endereços de internet

Direção-Geral da Política de Justiça

<http://www.siej.dgpj.mj.pt/>, consultado em 24 de junho de 2015

National Crime Prevention Council of Singapura

<http://www.ncpc.gov.sg/cpted.html>, consultado em 1 de julho de 2015

Portal da Habitação

http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/EstNacHabitacao/ENpH_v2015-06-18_valida_PT_com-contributos.pdf, consultado em 5 de julho de 2015

Secured by Design

<http://www.securedbydesign.com>, consultado em 26 de junho de 2015

Apêndices

Apêndice A

Carta de apresentação

A relação entre segurança e o desenho urbano tem merecido especial atenção no departamento de formação na autarquia de Lisboa. Foram ministrados 2 cursos de formação CPTED – *Crime Prevention through Environmental Design* para profissionais que lidam com o espaço construído. Sendo um caso singular em Portugal pela importância que a GNR confere à segurança das populações, considerámos a hipótese de percebermos o impacto da formação nas práticas dos profissionais que as frequentaram.

Integrado do curso de formação de oficiais da GNR, esta investigação procura trazer ao tema maior relevância nas forças de segurança, também pela necessidade de reconhecer a importância do desenvolvimento de abordagens integradas com vista à redução de oportunidades para comportamentos indesejados.

Assim, venho solicitar autorização para realizar entrevistas aos profissionais que frequentaram os cursos CPTED, acrescentando que os dados obtidos serão analisados, tratados e, posteriormente fornecidos a V. Exas, garantindo a confidencialidade e anonimato dos entrevistados.

Desde já, agradecido pela colaboração.

Atenciosamente

João José Modesto Baptista

Aspirante Aluno de GNR Infantaria

Apêndice B

Guião da entrevista aos profissionais da CML

Caraterização do entrevistado

1. Quais as expetativas que tinha do curso CPTED?
2. Foi da sua iniciativa integrar o curso CPTED?
3. O que mais gostou do curso?
4. O que menos gostou do curso?
5. Considera que o curso CPTED veio alterar a forma como olha para as questões da segurança?
6. Qual a importância da segurança no desenho urbano?
7. O que pensa do curso CPTED que frequentou?
8. Qual é o papel da autarquia na segurança?
9. Considera importante o envolvimento dos destinatários na conceção do espaço público?
Em que fase do projeto?
10. O curso trouxe-lhe maior sensibilidade na relação com as Forças de Segurança?
11. Considera importante haver uma linguagem comum relativamente à gestão do espaço público? (Considera vantajoso as diferentes áreas (eng^o, arq^a, arq^a paisagista, FS...) tirem o curso CPTED?)
12. O que pensa da criação de um grupo de trabalho que aborde as questões da CPTED?
Como gostava que funcionasse esse grupo?
13. O que gostava de acrescentar à sua opinião sobre este curso?

Apêndice C

Guião da entrevista aos profissionais da PML (Sociólogas)

Caraterização do entrevistado

1. Quais as expetativas que tinha do curso CPTED?
2. Foi da sua iniciativa integrar o curso CPTED?
3. O que mais gostou do curso?
4. O que menos gostou do curso?
5. Considera que o curso CPTED veio alterar a forma como olha para as questões da segurança?
6. Qual a importância que atribui ao curso enquanto melhoria no desempenho das suas funções?
7. O que pensa do curso CPTED que frequentou?
8. Qual é o papel da autarquia na segurança?
9. Considera importante o envolvimento dos destinatários na conceção do espaço público? Em que fase do projeto?
10. Considera que o curso lhe veio trazer mais sensibilidade na relação existente com outras instituições (GEBALIS, CML...)?
11. Considera importante haver uma linguagem comum relativamente à gestão do espaço público? (Considera vantajoso que as diferentes áreas (engº, arqª, arqª paisagista, FS...) tirem o curso CPTED?)
12. Na sua opinião, estas temáticas deveriam ser abordadas na formação de novos militares/agentes?
13. Os projetos urbanísticos devem integrar as perceções das FS? Se sim, em que fase do projeto: inicial ou final?
14. O que pensa da criação de um grupo de trabalho que aborde as questões da CPTED? Como gostava que funcionasse esse grupo?
15. O que gostava de acrescentar à sua opinião sobre este curso?

Apêndice D

Guião da entrevista aos profissionais da PML (Chefes)

Caraterização do entrevistado

1. Quais as expetativas que tinha do curso CPTED?
2. Foi da sua iniciativa integrar o curso CPTED?
3. O que mais gostou do curso?
4. O que menos gostou do curso?
5. Considera que o curso CPTED veio alterar a forma como olha para as questões da segurança?
6. Qual a importância que atribui ao curso enquanto melhoria no desempenho das suas funções?
7. O que pensa do curso CPTED que frequentou?
8. Qual é o papel da autarquia na segurança?
9. Considera importante o envolvimento dos destinatários na conceção do espaço público?
Em que fase do projeto?
10. Considera que o curso lhe veio trazer mais sensibilidade na relação existente com outras instituições (GEBALIS, CML...)?
11. Considera importante haver uma linguagem comum relativamente à gestão do espaço público? (Considera vantajoso que as diferentes áreas (eng^o, arq^a, arq^a paisagista, FS...) tirem o curso CPTED?
12. Na sua opinião, estas temáticas deveriam ser abordadas na formação de novos militares/agentes?
13. Os projetos urbanísticos devem integrar as perceções das FS? Quando (em que fase do projeto: inicial ou final?)
14. O que pensa da criação de um grupo de trabalho que aborde as questões da CPTED?
Como gostava que funcionasse esse grupo?
15. O que gostava de acrescentar à sua opinião sobre este curso?

Apêndice E

Análise da criminalidade em Portugal (1993-2014)

Quadro n.º 8 - Criminalidade registada em Portugal

Ano	(CP) Contra as pessoas	(CP) Contra o património	(CP) C. id.cult., int.pessoal	(CP) Contra vida em sociedade	(CP) Contra o Estado	Legislação Avulsa	N.E.	Total
1993	68677	169031	..	23829	2563	43233	..	307333
1994	69300	186348	..	25503	3454	47623	..	332228
1995	68906	180639	..	27008	2500	47776	..	326829
1996	71026	181541	..	27633	2343	39712	..	322255
1997	75193	183441	4	27306	2611	33078	11	321644
1998	83173	193495	..	34282	2982	27190	..	341122
1999	80576	209124	..	37610	3318	31960	..	362588
2000	83050	213450	3	34248	3104	29439	..	363294
2001	84891	215528	..	35953	3663	32133	..	372168
2002	89474	227618	4	36598	4337	33568	..	391599
2003	97496	234294	3	43126	5413	37051	..	417383
2004	91364	232610	4	45222	5563	41657	..	416420
2005	90922	215700	10	43083	5525	39470	..	394710
2006	96493	213798	12	41794	5895	43223	..	401215
2007	95156	211544	10	44511	6109	43002	..	400332
2008	96525	240738	..	47243	5501	41968	..	431975
2009	97314	227697	13	52424	5343	44996	..	427787
2010	96729	224752	16	50800	6212	45743	..	424252
2011	91381	229078	4	46909	6383	41570	..	415325
2012	86847	219078	7	53228	6822	38935	..	404917
2013	84252	202015	13	50402	6799	32922	..	376403
2014	83207	192135	21	40234	6098	29616	..	351311

Fonte: DGPI

Quadro n.º 9 - Percentagens criminalidade em Portugal

Ano	Total	Total contra património	Total criminalidade de rua	% património face ao total	% face ao património	% face ao total
1993	307333	169031	72919	55%	43%	24%
1994	332228	186348	76393	56%	41%	23%
1995	326829	180639	75471	55%	42%	23%
1996	322255	181541	75324	56%	41%	23%
1997	321644	183441	73865	57%	40%	23%
1998	341122	193495	81595	57%	42%	24%
1999	362588	209124	90921	58%	43%	25%
2000	363294	213450	96277	59%	45%	27%
2001	372168	215528	100421	58%	47%	27%
2002	391599	227618	106134	58%	47%	27%
2003	417383	234294	108134	56%	46%	26%
2004	416420	232610	105625	56%	45%	25%
2005	394710	215700	97865	55%	45%	25%
2006	401215	213798	93144	53%	44%	23%
2007	400332	211544	90331	53%	43%	23%
2008	431975	240738	99436	56%	41%	23%
2009	427787	227697	96732	53%	42%	23%
2010	424252	224752	86089	53%	38%	20%
2011	415325	229078	82874	55%	36%	20%
2012	404917	219078	75180	54%	34%	19%
2013	376403	202015	69079	54%	34%	18%
2014	351311	192135	70220	55%	37%	20%

Fonte: DGPI

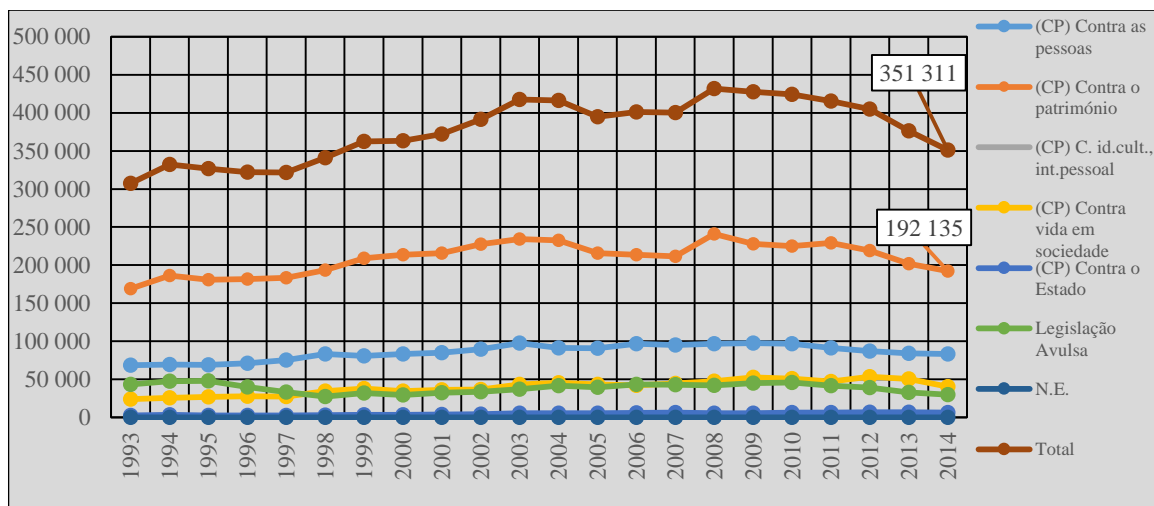


Figura n.º 12 - Criminalidade registada em Portugal (1993-2014)

Fonte: DGPI

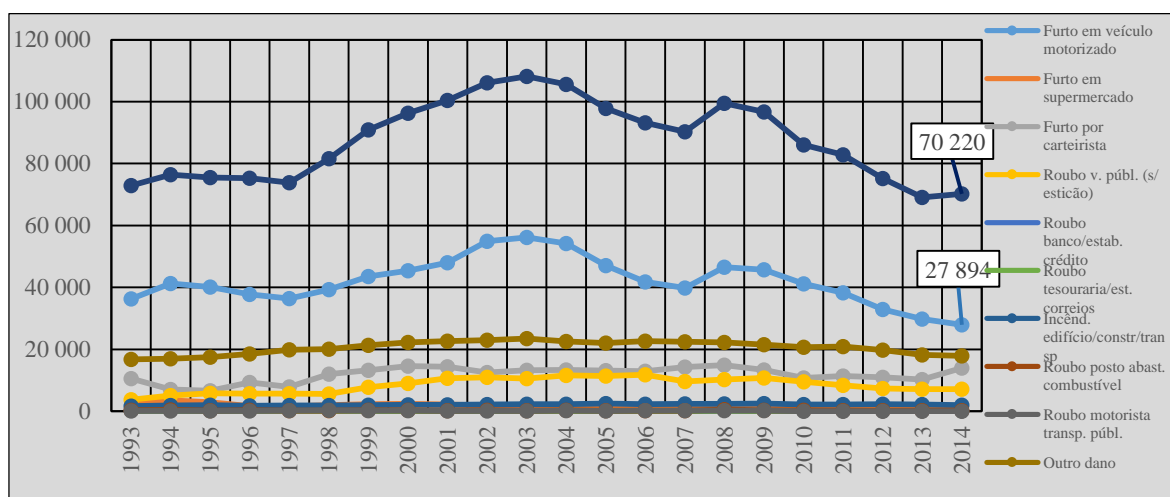


Figura n.º 13 - Criminalidade de rua registada em Portugal (1993-2014)

Fonte: DGPI

Apêndice F

Análise da criminalidade em Lisboa (1993-2014)

Quadro n.º 10 - Criminalidade registada em Lisboa

Ano	(CP) Contra as pessoas	(CP) Contra o património	(CP) C. id.cult., int.pessoal	(CP) Contra vida em sociedade	(CP) Contra o Estado	Legislação Avulsa	N.E.	Total
1993	20208	63723	..	6666	973	20782	..	112352
1994	20092	70768	..	7329	1.493	22442	..	120631
1995	15523	65194	..	7189	915	20886	..	109707
1996	15076	63209	..	7256	956	14842	..	101339
1997	16116	61599	..	8031	1014	10586	11	97357
1998	19898	64180	..	9666	929	8158	..	102831
1999	18780	64884	..	8641	963	8963	..	102231
2000	19231	70882	..	6432	743	6407	..	103695
2001	18143	67220	..	6409	850	7768	..	100390
2002	19427	69078	..	6757	1057	8474	..	104793
2003	20944	71935	..	7922	1338	8026	..	110165
2004	18657	73742	..	8381	1325	8690	..	110795
2005	17999	64793	3	7509	1326	8807	..	100437
2006	20524	64887	..	7688	1363	11167	..	105629
2007	19869	63613	3	7180	1316	10907	..	102888
2008	20245	75139	..	7409	1309	9566	..	113668
2009	20609	65687	9	11538	1518	13262	..	112623
2010	20778	62449	4	11600	1728	13377	..	109936
2011	19192	64741	3	9755	1826	12124	..	107641
2012	17681	60916	3	12540	2064	9899	..	103103
2013	16661	54609	5	10857	1898	7801	..	91831
2014	16398	55000	13	9102	1646	6230	..	88389

Fonte: DGPJ

Quadro n.º 11 - Percentagens criminalidade em Lisboa

Ano	Total	Total contra património	Total criminalidade de rua	% património face ao total	% face ao património	% face ao total
1993	112352	63723	30756	57%	48%	27%
1994	120631	70768	32189	59%	45%	27%
1995	109707	65194	30960	59%	47%	28%
1996	101339	63209	30091	62%	48%	30%
1997	97357	61599	29142	63%	47%	30%
1998	102831	64180	31865	62%	50%	31%
1999	102231	64884	34999	63%	54%	34%
2000	103695	70882	39084	68%	55%	38%
2001	100390	67220	37635	67%	56%	37%
2002	104793	69078	38135	66%	55%	36%
2003	110165	71935	39700	65%	55%	36%
2004	110795	73742	38826	67%	53%	35%
2005	100437	64793	34256	65%	53%	34%
2006	105629	64887	33224	61%	51%	31%
2007	102888	63613	32363	62%	51%	31%
2008	113668	75139	36636	66%	49%	32%
2009	112623	65687	34544	58%	53%	31%
2010	109936	62449	28642	57%	46%	26%
2011	107641	64741	29164	60%	45%	27%
2012	103103	60916	26748	59%	44%	26%
2013	91831	54609	22781	59%	42%	25%
2014	88389	55000	25345	62%	46%	29%

Fonte: DGPI

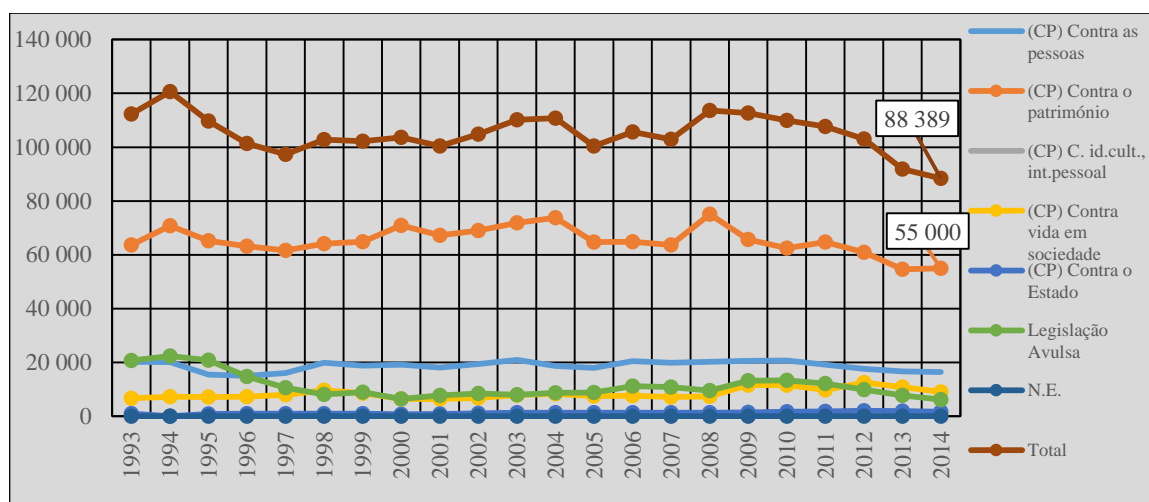


Figura n.º 14 - Criminalidade registada em Lisboa (1993-2014)

Fonte: DGPJ

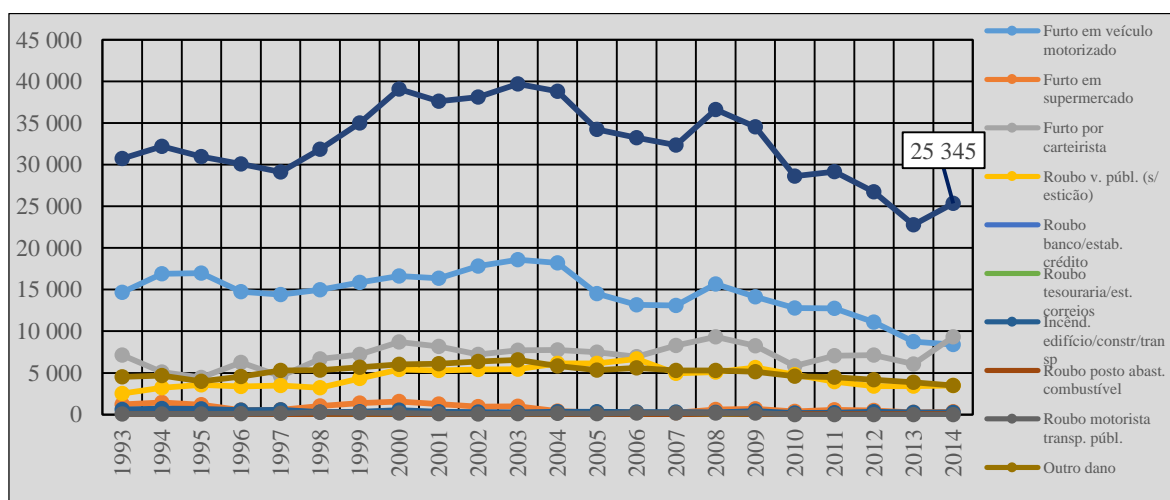


Figura n.º 15 - Registo da criminalidade de rua no distrito de Lisboa (1993-2014)

Fonte: DGPJ

Apêndice G

As tecnologias a favor da CPTED

As tecnologias têm vindo a dar provas da sua mais valia em todas as áreas. A segurança e a CPTED não são exceção. Enquanto tecnologias relevantes que ajudam na conceção da CPTED podemos destacar as seguintes:

- Sistemas de iluminação com tecnologia LED;
- CCTV – *Closed-circuit Television*, ou seja, videovigilância, denominado também como: VMS – *Video Monitoring System*.

Quanto à utilização da tecnologia LED, é unânime as significativas melhorias na prevenção de crimes e do aumento do conforto em espaços públicos. Segundo o arquiteto Pedro Galrito, responsável pela iluminação na cidade de Lisboa, a tecnologia LED apesar de ser um investimento inicial mais dispendioso, com a utilização e sob condições ideais acaba por ser mais económico. Tem uma intensidade superior à iluminação convencional e é mais natural, i.e., a iluminação é mais parecida com as condições de luminosidade diurnas e pode assumir um variado leque de tonalidades, bem como de cores. As melhorias podem ser vistas através das figuras 25 e 26 do anexo B. Podemos observar na figura 25 o local antes da intervenção e na 26 após a intervenção da CML, onde foi instalado o novo sistema de iluminação LED na área do elevador da Bica, Lisboa. De acordo com as informações obtidas junto da autarquia, esta intervenção veio trazer melhorias significativas ao local, como redução de comportamentos indesejados, refletindo-se na qualidade de vida dos residentes.

Já a videovigilância, “tem como um dos objetivos principais, nos espaços públicos, prevenir crimes contra pessoas e contra património. CCTV é também usada para ajudar a polícia...”²⁴ (Welsh & Farrington, 2009, p. 59). Estes autores apresentam alguns dados científicos relativos à videovigilância, concluindo que produz um efeito significativamente positivo nos dados criminais, reduzindo sobretudo a criminalidade em parques de estacionamento, com maiores efeitos no Reino Unido. No entanto, apesar da redução,

²⁴ Tradução da responsabilidade do autor

afirmam que futuramente os programas devem ser melhorados e implementadas câmaras de alta qualidade, por estas facilitarem na identificação dos indivíduos.

Anexos

Anexo A

Abordagem dos 3-D's

1- Designação

- Qual o objetivo deste espaço?
- Este espaço foi inicialmente concebido para quê?
- Até que ponto este espaço contribui para a sua utilização atual e para o uso pretendido?
- Existem conflitos entre o/s objetivo(s) e a respetiva utilização?

2- Definição

- Como está definido o espaço?
- É claramente perceptível a quem pertence este espaço?
- Onde estão os seus limites?
- Existem definições sociais e culturais que afetam a utilização do espaço?
- As regras legais e administrativas que regulamentam o espaço são claras, e reforçam a sua adequada utilização?
- Existe sinalética que apoie o uso adequado do espaço?
- Existe algum conflito ou uma falta de clareza entre o objetivo do espaço e a forma como está definido?

3- Design (projeto)

- Até que ponto o *design* contribui para a função pretendida para aquele espaço?
- Até que ponto o *design*/projeto contribui para os comportamentos aceitáveis ou desejáveis?
- Será que o *design*/projeto é conflitante ou impede a utilização do espaço ou o seu apropriado funcionamento em termos das atividades humanas que são aí desejadas?
 - Existe algum conflito ou falta de clareza quanto à forma como o *design*/projeto pretende orientar comportamentos?